

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	381.335
Preferenciais	741.934
Total	1.123.269
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	72.773.708	73.137.128
1.01	Ativo Circulante	14.146.595	14.754.381
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.132.198	3.835.304
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	71.935	63.136
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	2.060.263	3.772.168
1.01.03	Contas a Receber	6.411.415	6.470.764
1.01.04	Estoques	599.561	458.488
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.973.327	2.163.404
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.137.532	300.567
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.892.562	1.525.854
1.01.08.03	Outros	1.892.562	1.525.854
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	272.342	283.105
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	1.027.561	613.939
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	200.229	202.169
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	174.726	174.726
1.01.08.03.05	Outros Ativos	217.704	251.915
1.02	Ativo Não Circulante	58.627.113	58.382.747
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.671.034	5.483.215
1.02.01.03	Contas a Receber	183.785	190.288
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	40.704
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	21.435	24.346
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	35.799	34.936
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.430.015	5.192.941
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	339.867	340.205
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.693.828	4.514.783
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	99.561	125.343
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	239.774	152.843
1.02.01.09.07	Outros Ativos	56.985	59.767
1.02.02	Investimentos	1.653.262	1.445.014
1.02.02.01	Participações Societárias	1.653.262	1.445.014
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.357.369	1.153.151
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	81.695	76.676
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	214.198	215.187
1.02.03	Imobilizado	20.528.609	20.381.731
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.233.298	18.675.193
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.295.311	1.706.538
1.02.04	Intangível	30.774.208	31.072.787

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	72.773.708	73.137.128
2.01	Passivo Circulante	17.107.853	16.102.171
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	436.508	585.770
2.01.01.01	Obrigações Sociais	284.208	267.736
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	152.300	318.034
2.01.02	Fornecedores	6.786.193	7.675.632
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.190.403	1.236.330
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	266.243	248.003
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	890.935	953.926
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	33.225	34.401
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.478.929	2.264.518
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	700.186	1.485.019
2.01.04.02	Debêntures	757.779	755.047
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	20.964	24.452
2.01.05	Outras Obrigações	6.489.108	3.665.645
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.994	245.529
2.01.05.02	Outros	6.219.114	3.420.116
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.244.980	1.495.321
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	127.603	23.011
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	656.473	704.589
2.01.05.02.06	Grupamento de Frações de Ações	388.934	388.975
2.01.05.02.07	Licença de Autorização	426.346	415.308
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	374.778	392.912
2.01.06	Provisões	726.712	674.276
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	726.712	674.276
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	124.585	124.599
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	602.127	549.677
2.02	Passivo Não Circulante	12.482.255	12.084.862
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.504.615	5.534.742
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.873.570	1.917.234
2.02.01.02	Debêntures	3.415.951	3.411.616
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	215.094	205.892
2.02.02	Outras Obrigações	1.215.530	1.172.278
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	55.155	51.432
2.02.02.02	Outros	1.160.375	1.120.846
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	15.864	24.133
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	57.823	41.379
2.02.02.02.05	Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais	121.281	118.829
2.02.02.02.06	Licença de Autorização	789.174	763.670
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	176.233	172.835
2.02.03	Tributos Diferidos	127.180	0
2.02.04	Provisões	5.185.743	4.896.885
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.650.580	4.372.348
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.540.407	2.379.898
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	941.473	888.527
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	467.329	456.129

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	701.371	647.794
2.02.04.02	Outras Provisões	535.163	524.537
2.02.04.02.04	Provisão para Desmobilização	261.760	246.929
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	273.403	277.608
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	449.187	480.957
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	449.187	480.957
2.03	Patrimônio Líquido	43.183.600	44.950.095
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.616.449	2.728.556
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-112.107
2.03.04	Reservas de Lucros	1.553.497	4.303.071
2.03.04.01	Reserva Legal	1.532.630	1.532.630
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.275	1.849
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	18.592	2.768.592
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	579.293	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	636.251	232.465

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.421.281	8.194.049
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.288.962	-4.195.200
3.03	Resultado Bruto	4.132.319	3.998.849
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.043.934	-2.936.282
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.682.163	-2.483.497
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-421.041	-487.451
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	112.774	114.176
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-257.954	-224.945
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	204.450	145.435
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.088.385	1.062.567
3.06	Resultado Financeiro	-247.956	-104.932
3.06.01	Receitas Financeiras	371.702	300.976
3.06.02	Despesas Financeiras	-619.658	-405.908
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	840.429	957.635
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-260.710	-296.865
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	579.719	660.770
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	579.719	660.770
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,48412	0,55181
3.99.01.02	PN	0,53254	0,60699

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	579.719	660.770
4.02	Outros Resultados Abrangentes	403.786	-2.277
4.02.01	Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	-989	-1.295
4.02.02	Tributos sobre Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	336	440
4.02.06	Ganhos com Operações de Derivativos	605.533	2.032
4.02.07	Tributos sobre Ganhos com Operações de Derivativos	-205.881	-691
4.02.09	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	4.787	-2.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	983.505	658.493

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	772.856	840.082
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.084.462	2.786.438
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	840.429	957.635
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.398.999	1.438.697
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	14.683	30.306
6.01.01.04	Variações Monetárias	89.437	22.087
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-204.450	-145.435
6.01.01.06	Perdas na Baixa/Alienação de Bens	14.640	16.232
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	304.662	196.448
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	209.403	-20.340
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas p/ Redução ao Valor Realiz. Estoques e Obsolescência	-4.617	-3.345
6.01.01.10	Planos de Pensão e Outros Benefícios Pós Emprego	10.797	7.882
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	181.929	125.959
6.01.01.12	Despesas de Juros	212.471	159.981
6.01.01.13	Outros	16.079	331
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.311.606	-1.946.356
6.01.02.01	Contas a Receber	-238.810	-366.619
6.01.02.02	Estoques	-136.456	-62.074
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-39.817	-106.361
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-724.389	-656.776
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	42.196	-110.330
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	2.322	-6.525
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-146.810	-90.650
6.01.02.08	Fornecedores	-612.353	-322.904
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-96.204	239.973
6.01.02.10	Juros Pagos	-204.804	-196.524
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-151.677
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-71.186	-53.042
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-85.295	-62.847
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.817.077	-1.502.009
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível (Líquido de Doações)	-1.730.267	-1.418.198
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	4.939	4.581
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-91.749	-89.532
6.02.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	0	1.140
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-658.885	-1.768.465
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.028.246	-218.718
6.03.02	Captação de Empréstimos e Debêntures	12.157	87.422
6.03.03	Pagamento Líquido de Contratos de Derivativos	359.005	-16.149
6.03.04	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-42	-46
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-1.759	-1.620.974
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.703.106	-2.430.392
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.835.304	6.311.299
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.132.198	3.880.907

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.749.574	-426	0	-2.750.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2014	0	0	-2.750.000	0	0	-2.750.000
5.04.09	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	426	-426	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	579.719	403.786	983.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	579.719	0	579.719
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	403.786	403.786
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.553.497	579.293	636.251	43.183.600

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	2.463.034	0	16.849	42.894.442
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	2.463.034	0	16.849	42.894.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.043.000	0	0	-1.043.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2013	0	0	-1.043.000	0	0	-1.043.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	660.770	-2.277	658.493
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	660.770	0	660.770
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.277	-2.277
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.420.034	660.770	14.572	42.509.935

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	11.396.406	11.150.697
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.549.180	11.190.046
7.01.02	Outras Receitas	151.888	157.099
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-304.662	-196.448
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.425.973	-4.302.905
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.395.515	-2.343.933
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.011.111	-1.944.941
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-19.347	-14.031
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.970.433	6.847.792
7.04	Retenções	-1.398.999	-1.438.697
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.398.999	-1.438.697
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.571.434	5.409.095
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	576.152	446.411
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	204.450	145.435
7.06.02	Receitas Financeiras	371.702	300.976
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.147.586	5.855.506
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.147.586	5.855.506
7.08.01	Pessoal	697.711	635.199
7.08.01.01	Remuneração Direta	498.370	433.764
7.08.01.02	Benefícios	168.600	172.408
7.08.01.03	F.G.T.S.	30.741	29.027
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.756.435	3.723.444
7.08.02.01	Federais	1.286.429	1.252.134
7.08.02.02	Estaduais	2.458.725	2.455.134
7.08.02.03	Municipais	11.281	16.176
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.113.721	836.093
7.08.03.01	Juros	617.845	405.160
7.08.03.02	Aluguéis	495.876	430.933
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	579.719	660.770
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	579.719	660.770

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	72.778.044	73.065.288
1.01	Ativo Circulante	15.205.706	15.517.368
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.212.154	4.692.689
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	74.079	64.010
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.138.075	4.628.679
1.01.03	Contas a Receber	6.667.465	6.724.061
1.01.04	Estoques	647.420	479.801
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.010.785	2.202.662
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.143.416	303.551
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.524.466	1.114.604
1.01.08.03	Outros	1.524.466	1.114.604
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	60.403	38.241
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	1.027.561	613.939
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	200.229	202.169
1.01.08.03.05	Outros Ativos	236.273	260.255
1.02	Ativo Não Circulante	57.572.338	57.547.920
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.902.673	5.726.827
1.02.01.03	Contas a Receber	294.131	299.405
1.02.01.06	Tributos Diferidos	90.757	144.817
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	22.961	26.223
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	19.780	34.801
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.475.044	5.221.581
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	339.867	340.205
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.722.624	4.543.056
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	99.571	125.353
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	239.774	152.843
1.02.01.09.07	Outros Ativos	73.208	60.124
1.02.02	Investimentos	83.835	79.805
1.02.02.01	Participações Societárias	83.835	79.805
1.02.03	Imobilizado	20.597.423	20.453.864
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.297.089	18.739.126
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.300.334	1.714.738
1.02.04	Intangível	30.988.407	31.287.424

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	72.778.044	73.065.288
2.01	Passivo Circulante	17.094.252	16.011.006
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	442.211	591.381
2.01.01.01	Obrigações Sociais	288.510	271.082
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	153.701	320.299
2.01.02	Fornecedores	6.823.158	7.641.191
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.258.756	1.281.673
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	319.996	280.132
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	891.366	955.079
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	47.394	46.462
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.478.929	2.264.518
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	700.186	1.485.019
2.01.04.02	Debêntures	757.779	755.047
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	20.964	24.452
2.01.05	Outras Obrigações	6.364.486	3.557.967
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	111.034	97.257
2.01.05.02	Outros	6.253.452	3.460.710
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.244.980	1.495.321
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	127.603	23.011
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	682.825	717.019
2.01.05.02.06	Licença de Autorização	426.346	415.308
2.01.05.02.07	Grupamento de Frações de Ações	388.934	388.975
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	382.764	421.076
2.01.06	Provisões	726.712	674.276
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	726.712	674.276
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	124.585	124.599
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	602.127	549.677
2.02	Passivo Não Circulante	12.500.192	12.104.187
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.504.615	5.534.742
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.873.570	1.917.234
2.02.01.02	Debêntures	3.415.951	3.411.616
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	215.094	205.892
2.02.02	Outras Obrigações	1.210.814	1.168.880
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.229	22.276
2.02.02.02	Outros	1.186.585	1.146.604
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	15.864	24.133
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	83.978	67.126
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Contribuições Sociais	121.291	118.829
2.02.02.02.06	Licença de Autorização	789.174	763.670
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	176.278	172.846
2.02.03	Tributos Diferidos	127.180	0
2.02.04	Provisões	5.207.006	4.917.783
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.667.088	4.388.491
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.556.915	2.396.041
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	941.473	888.527
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	467.329	456.129

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	701.371	647.794
2.02.04.02	Outras Provisões	539.918	529.292
2.02.04.02.04	Provisão para Desmobilização	266.515	251.684
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	273.403	277.608
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	450.577	482.782
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	450.577	482.782
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	43.183.600	44.950.095
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.616.449
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	2.728.556
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-112.107
2.03.04	Reservas de Lucros	1.553.497	4.303.071
2.03.04.01	Reserva Legal	1.532.630	1.532.630
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.275	1.849
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	18.592	2.768.592
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	579.293	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	636.251	232.465

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.983.078	8.611.930
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.536.840	-4.396.344
3.03	Resultado Bruto	4.446.238	4.215.586
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.282.372	-3.095.292
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.708.646	-2.510.013
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-429.820	-487.969
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	113.826	129.296
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-257.964	-227.611
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	232	1.005
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.163.866	1.120.294
3.06	Resultado Financeiro	-217.852	-88.330
3.06.01	Receitas Financeiras	398.958	317.672
3.06.02	Despesas Financeiras	-616.810	-406.002
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	946.014	1.031.964
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-366.295	-371.194
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	579.719	660.770
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	579.719	660.770
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	579.719	660.770
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	579.719	660.770
4.02	Outros Resultados Abrangentes	403.786	-2.277
4.02.01	Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	-989	-1.295
4.02.02	Tributos sobre Perdas Não Realizadas em Investimentos Disponíveis para Venda	336	440
4.02.03	Ganhos com Operações de Derivativos	605.533	2.032
4.02.04	Tributos sobre Ganhos com Operações de Derivativos	-205.881	-691
4.02.05	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	4.787	-2.763
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	983.505	658.493
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	983.505	658.493

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.002.944	1.271.064
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.445.754	2.989.110
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	946.014	1.031.964
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.405.127	1.443.554
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	14.683	30.306
6.01.01.04	Variações Monetárias	89.346	15.557
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-232	-1.005
6.01.01.06	Perdas na Baixa/Alienação de Bens	14.767	16.375
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	324.415	207.860
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Fornecedores	236.073	-51.495
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas p/ Redução ao Valor Realiz. Estoques e Obsolescência	-5.710	1.832
6.01.01.10	Planos de Pensão e Outros Benefícios Pós Emprego	10.792	7.878
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	181.929	125.972
6.01.01.12	Despesas de Juros	212.471	159.981
6.01.01.13	Outros	16.079	331
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.442.810	-1.718.046
6.01.02.01	Contas a Receber	-262.545	-328.716
6.01.02.02	Estoques	-161.909	-60.458
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-40.699	-111.303
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-726.938	-657.603
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	-958	48.463
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	2.345	-16.524
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-146.708	-91.978
6.01.02.08	Fornecedores	-562.665	-169.852
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-92.185	218.977
6.01.02.10	Juros Pagos	-204.804	-196.524
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-70.148	-207.928
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-88.130	-73.194
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-87.466	-71.406
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.824.594	-1.502.014
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível (Líquido de Doações)	-1.737.896	-1.424.540
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	5.118	4.581
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-91.816	-83.195
6.02.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	0	1.140
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-658.885	-1.768.465
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.028.246	-218.718
6.03.02	Captação de Empréstimos e Debêntures	12.157	87.422
6.03.03	Pagamento Líquido de Contratos de Derivativos	359.005	-16.149
6.03.04	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-42	-46
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-1.759	-1.620.974
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.480.535	-1.999.415
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.692.689	6.543.936
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.212.154	4.544.521

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.749.574	-426	0	-2.750.000	0	-2.750.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2014	0	0	-2.750.000	0	0	-2.750.000	0	-2.750.000
5.04.09	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	426	-426	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	579.719	403.786	983.505	0	983.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	579.719	0	579.719	0	579.719
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	403.786	403.786	0	403.786
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.553.497	579.293	636.251	43.183.600	0	43.183.600

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	2.463.034	0	16.849	42.894.442	0	42.894.442
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	2.463.034	0	16.849	42.894.442	0	42.894.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.043.000	0	0	-1.043.000	0	-1.043.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2013	0	0	-1.043.000	0	0	-1.043.000	0	-1.043.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	660.770	-2.277	658.493	0	658.493
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	660.770	0	660.770	0	660.770
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.277	-2.277	0	-2.277
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	1.420.034	660.770	14.572	42.509.935	0	42.509.935

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	12.047.189	11.674.630
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.218.664	11.710.265
7.01.02	Outras Receitas	152.940	172.225
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-324.415	-207.860
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.721.753	-4.538.235
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.678.893	-2.562.140
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.024.480	-1.960.404
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-18.380	-15.691
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.325.436	7.136.395
7.04	Retenções	-1.405.127	-1.443.554
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.405.127	-1.443.554
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.920.309	5.692.841
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	399.190	318.677
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	232	1.005
7.06.02	Receitas Financeiras	398.958	317.672
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.319.499	6.011.518
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.319.499	6.011.518
7.08.01	Pessoal	703.299	641.132
7.08.01.01	Remuneração Direta	502.100	438.118
7.08.01.02	Benefícios	170.172	173.625
7.08.01.03	F.G.T.S.	31.027	29.389
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.924.247	3.872.216
7.08.02.01	Federais	1.421.776	1.377.486
7.08.02.02	Estaduais	2.461.404	2.456.921
7.08.02.03	Municipais	41.067	37.809
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.112.234	837.400
7.08.03.01	Juros	614.957	405.160
7.08.03.02	Aluguéis	497.277	432.240
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	579.719	660.770
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	579.719	660.770

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	1T15	4T14	Δ%	1T14	Δ%
Receita Líquida Móvel	6.243,0	6.219,0	0,4	5.758,7	8,4
Receita de serviço móvel	5.904,3	5.918,8	(0,2)	5.446,1	8,4
Franquia e utilização	2.871,4	2.949,4	(2,6)	2.833,7	1,3
Uso de rede	484,8	569,1	(14,8)	672,1	(27,9)
Dados e SVA	2.479,3	2.282,4	8,6	1.888,2	31,3
Mensagem P2P	413,6	418,4	(1,2)	427,7	(3,3)
Internet	1.598,0	1.398,2	14,3	1.096,2	45,8
SVA	467,7	465,8	0,4	364,4	28,3
Outros serviços	68,8	117,9	(41,6)	52,1	32,2
Receita Líquida de Aparelhos	338,6	300,2	12,8	312,7	8,3

A receita líquida do negócio móvel apresentou no 1T15 o melhor desempenho dos últimos três anos, registrando crescimento de 8,4% y-o-y, impulsionada pela crescente receita de dados e SVA. A receita de serviço móvel obteve variação anual igualmente positiva no trimestre, ainda que afetada pelo efeito da redução de VU-M ocorrida em 24 de fevereiro de 2015. Excluindo tal efeito, o crescimento da receita de serviço móvel do 1T15 seria de 11,6% y-o-y.

A receita de **franquia e utilização** registrou crescimento de 1,3% em relação ao 1T14. Tal desempenho anual reflete o incremento de linhas no parque pós-pago, além da recuperação na contribuição das receitas de recargas pré-pagas no período.

A receita de **uso de rede** do trimestre variou -27,9% em relação ao 1T14 principalmente em função da redução de 33,0% das tarifas de VU-M ocorrida em fevereiro/2015. A redução nas receitas de uso de rede seria de 2,0% ao normalizar este efeito, impactada pelo menor tráfego móvel entrante, reflexo do efeito comunidade.

A receita de **dados e SVA** segue apresentando sólido desempenho no 1T15, com crescimento de 31,3% na comparação anual. O sucesso nas vendas de pacotes e planos de dados e a maior penetração de *smartphones* em nossa base de clientes têm sido os impulsionadores desta evolução. No trimestre, a receita de Dados e SVA aumentou sua representatividade sobre a receita líquida de serviço móvel para 42,0%, evoluindo 7,3 p.p. y-o-y. Considerando apenas a receita sainte, Dados e SVA representaria de 45,6% no 1T15.

A receita com **SMS** reduziu 3,3% y-o-y, reflexo da maturidade do serviço. A variação trimestral se mostra mais controlada (-1,2% q-o-q), fruto da adoção a ofertas de maior valor agregado que integram pacotes de SMS, voz e dados.

A receita de **internet móvel** mantém alto índice de crescimento, avançando 45,8% na comparação anual, representando 64,5% da receita de dados no 1T15. Esse desempenho está diretamente atrelado ao forte crescimento nos acessos de dados pós-pagos, principalmente 4G, ao aumento da venda de pacotes avulsos de dados especialmente no segmento pré-pago, e ao parque de aparelhos *smartphone*, que registrou aumento de 7,1% no trimestre. No segmento de clientes individuais pós-pagos puros, 85% dos clientes possuem *smartphones* ou *webphones*.

Receitas de SVA evoluíram 28,3% no 1T15 quando comparadas ao mesmo trimestre do ano anterior, impulsionadas pelos serviços da “Plataforma de Educação”, “Vivo Segurança”, “Vivo Sync”, “Vivo Som de Chamada” e “Vivo Música”, que contribuem para o alto nível de crescimento de SVA.

Comentário do Desempenho

A **receita de outros serviços** atingiu R\$ 68,8 milhões, patamar 32,2% maior que o 1T14. Esta variação reflete a evolução dos serviços digitais, como de seguros, e a recuperação periódica de impostos sobre notas fiscais contestadas.

A **receita de aparelho móvel** cresceu 12,8% em relação ao trimestre anterior e 8,3% contra o 1T14, frente ao crescimento de 16% na base de clientes pós-pagos, em linha com a forte migração de clientes para a base 4G.

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	1T15	4T14	Δ%	1T14	Δ%
Receita Líquida Fixa	2.740,2	2.828,6	(3,1)	2.853,2	(4,0)
Voz e acessos	1.316,6	1.393,9	(5,5)	1.448,2	(9,1)
Uso de rede	93,1	105,5	(11,8)	113,8	(18,3)
Banda Larga	385,3	380,7	1,2	372,8	3,4
Dados Corporativos e TI	600,3	603,6	(0,5)	589,2	1,9
TV por assinatura	168,7	162,0	4,2	138,2	22,0
Outros serviços	176,1	182,8	(3,7)	190,9	(7,8)
% Dados / Receita Líquida	36,0%	34,8%	1,2 p.p.	33,7%	2,3 p.p.

Nota I: A Receita Líquida Fixa considera a alocação da receita de longa distância por originação da chamada e receitas advindas da solução FWT ("Vivo Fixo").

Nota II: Deste trimestre em diante, apresentamos uma nova abertura da receita de dados, entre Banda Larga e Dados Corporativos e TI.

A receita líquida do negócio fixo apresentou redução anual de 4,0%, devido, principalmente, ao corte da VC fixo-móvel realizada em 24 de fevereiro de 2015 e à redução da assinatura básica de acordo com o Ato da Anatel, com vigência a partir de 04 de junho de 2014. Excluindo tais efeitos, a variação em receita líquida de serviços fixos seria de -0,4% no período.

A receita de **Voz e acessos** diminuiu 9,1% em relação ao 1T14, justificada pela substituição fixo-móvel, além do impacto regulatório. Excluída a redução da VC, a variação seria de -2,0% no comparativo anual.

A receita de **uso de rede** apresenta redução de 18,3% quando comparada ao 1T14, em razão do menor tráfego entrante com terminação fixa. Frente ao trimestre anterior houve redução de 11,8% no 1T15.

A receita de **banda larga** cresceu 3,4% na comparação anual e 1,2% contra o 4T14. Esta evolução reflete os esforços de expansão de ARPU, apesar do atual ambiente competitivo em banda larga. Neste sentido, a empresa vem focando na migração de clientes para velocidades mais altas, principalmente em FTTH, expandindo a base de clientes em fibra, que possui maior ARPU, menor churn e já atinge um total de 429 mil acessos.

A receita de **dados corporativos e TI** cresceu 1,9% y-o-y, reduzindo 0,5% quando comparado ao trimestre anterior, devido principalmente à renovação de grandes contratos com ajustes de preços.

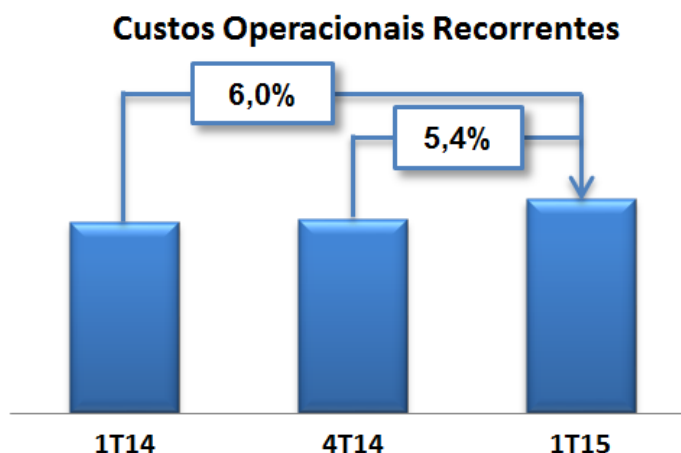
No 1T15, a receita de **TV por assinatura** registrou crescimento de 22,0% no comparativo anual. Esta evolução ocorre em resposta ao rápido crescimento da base de assinantes em IPTV e DTH, com aumento de adoção a pacotes HD, que possuem maior ARPU.

A receita com **outros serviços** sofreu redução de 7,8% no comparativo anual, impactada pela volatilidade na venda de equipamentos atrelada a contratos com grandes clientes.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

Consolidado em R\$ milhões	1T15	4T14	Δ%	1T14	Δ%
Custos Operacionais	(6.414,3)	(6.298,8)	1,8	(6.049,1)	6,0
Pessoal	(640,6)	(830,4)	(22,9)	(609,3)	5,1
Custo dos Serviços Prestados	(2.741,9)	(2.573,4)	6,5	(2.664,9)	2,9
Interconexão	(695,4)	(724,8)	(4,1)	(864,8)	(19,6)
Impostos, taxas e contribuições	(472,6)	(409,7)	15,4	(436,2)	8,3
Serviços de terceiros	(1.119,1)	(1.028,9)	8,8	(983,0)	13,8
Outros	(454,8)	(410,0)	10,9	(380,9)	19,4
Custo das Mercadorias Vendidas	(580,8)	(584,2)	(0,6)	(511,8)	13,5
Despesas de Comercialização dos Serviços	(2.062,8)	(2.034,3)	1,4	(1.905,2)	8,3
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(324,4)	(237,5)	36,6	(207,9)	56,0
Serviços de terceiros	(1.645,2)	(1.694,6)	(2,9)	(1.620,3)	1,5
Outros	(93,2)	(102,2)	(8,8)	(77,0)	21,0
Despesas Gerais e Administrativas	(244,1)	(212,7)	14,8	(259,6)	(6,0)
Serviços de terceiros	(202,3)	(219,7)	(7,9)	(173,2)	16,8
Outros	(41,8)	7,0	n.d.	(86,4)	(51,6)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	(144,1)	(63,8)	125,9	(98,3)	46,6



Os custos operacionais, excluindo gastos com depreciação e amortização, registraram R\$ 6.414,3 milhões no 1T15, com crescimento de 6,0% no comparativo anual. Na comparação trimestral os custos operacionais apresentaram variação de 1,8%. Tal desempenho se deve principalmente ao aumento da PDD, reflexo do ambiente econômico mais desafiador, maiores custos com compra de conteúdo, além dos maiores gastos atrelados à garantia de qualidade e aumento de capacidade.

O **custo de pessoal** teve crescimento de 5,1% na comparação anual, reflexo do dissídio coletivo de 7,0% concedido em janeiro/15. No comparativo com o trimestre anterior, houve redução de 22,9%, uma vez que o 4T14 foi impactado pela provisão para programa de reestruturação organizacional no valor de R\$ 212 milhões.

O **custo dos serviços prestados** no 1T15 variou 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pela redução de VU-M ocorrida em fevereiro/14. Excluindo este efeito, o aumento seria de 9,5%, devido principalmente aos maiores gastos com aluguel de sites atrelados aos esforços de garantia de qualidade e aumento de capacidade e expansão da cobertura móvel, principalmente em 4G, além dos maiores gastos com compra de conteúdo de TV e móvel, crescentes na proporção do aumento da base de assinantes e participação de dados em receitas.

Comentário do Desempenho

O **custo das mercadorias vendidas** no 1T15 aumentou 13,5% em comparação ao 1T14, devido ao incremento de equipamentos de maior valor, com tecnologia 4G, no mix do portfólio de aparelhos, que têm maior custo unitário, aos maiores subsídios e ao maior impacto da variação cambial.

As **despesas de comercialização dos serviços** no 1T15 apresentaram aumento de 8,3% y-o-y, devido, principalmente, à maior atividade comercial no período e ao ambiente econômico mais desafiador:

A **provisão para devedores duvidosos (PDD)** no 1T15 fechou em R\$ 324,4 milhões, com o nível de inadimplência em 2,4% da receita bruta total (+0,8 p.p. y-o-y), reflexo da atual conjuntura econômica. A Companhia segue adotando rígidos critérios de crédito e cobrança em ações com o intuito de redução dos níveis de inadimplência.

Os **serviços de terceiros** registraram aumento anual de 1,5% no trimestre, impulsionados principalmente por maiores gastos atrelados ao aumento da base de assinantes móveis. A simplificação de planos e ofertas impactaram positivamente os gastos com *call center*.

As **despesas gerais e administrativas** no 1T15 foram 6,0% menores y-o-y, principalmente por conta de forte controle de gastos, com economias observadas em diversas frentes.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram despesa de R\$ 144,1 milhões no trimestre, nível 46,6% superior ao registrado no 1T14, justificado principalmente por maiores contingências trabalhistas no período.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O item **Depreciação e Amortizações** sofreu redução de 2,7% na comparação anual, resultado principalmente do ganho obtido na revisão periódica de vida útil de ativos imobilizados ocorrida a partir do 2T14. Estas mudanças representaram uma redução líquida recorrente nas despesas de depreciação de R\$ 132 milhões no 1T15.

Resultado Financeiro

No 1T15, as **despesas financeiras líquidas** aumentaram R\$ 129,5 milhões quando comparadas ao 1T14 em decorrência, principalmente, do maior endividamento líquido médio da companhia e ao aumento da taxa de juros.

Capex

Consolidado em R\$ milhões	1T15	4T14	1T14
Rede	1.110,4	1.836,4	880,4
Tecnologia/Sist. Informação	118,5	249,4	59,0
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	40,8	113,5	61,6
Licenças	0,0	2.766,0	0,0
Total	1.269,7	4.965,4	1.001,0
Capex ex. licenças / Receita operacional líquida	14,1%	24,3%	11,6%

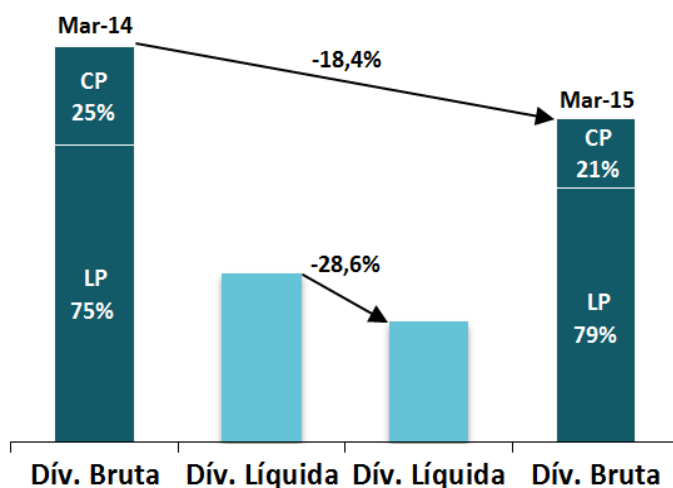
O **Capex** do 1T15 somou R\$ 1.269,7 milhões, representando 14,1% da receita operacional líquida do período. O total de investimentos foi 26,8% superior ao mesmo período de 2014. Esta evolução está em linha com o plano da Companhia e reflete uma melhor execução do Capex, com foco na expansão do *footprint* de FTTH, investimentos em infraestrutura de transmissão, capacidade 3G e cobertura 4G para garantir nosso diferencial de qualidade.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 1T15 com uma **dívida bruta** de R\$ 6.983,5 milhões, sendo 8,6% denominada em moeda estrangeira. A redução de 18,4% em relação ao 1T14 está relacionada principalmente à liquidação de debêntures e a amortizações de dívidas com o BNDES, BNB e BEI.

A **dívida líquida** Em relação ao 1T14, a dívida líquida registra uma diminuição de R\$ 1.048,9 milhões, explicado principalmente pela marcação a mercado de derivativos contratados para cobertura da operação de compra da GVT. A exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (hedge).



Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, *market share*, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1) COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefónica (“Grupo”), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Telefónica S.A., empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,96%, sendo 91,82% das ações ordinárias e 64,78% das ações preferenciais (nota 21).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” – “NYSE”).

b) Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas (“PGO”), bem como de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC”), especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

b.1) Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO.

De acordo com o contrato de concessão, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 20).

O atual contrato de concessão do STFC tem validade até 31 de dezembro de 2025 e prevê a possibilidade de revisões em 31 de dezembro de 2015 e 2020.

b.2) Contrato de Autorização do SMP

A Companhia explora o SMP em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas. As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 20).

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências são as mesmas da nota explicativa 1b2) – “Contratos de Autorização do SMP”, divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

c) Proposta de Aquisição da GVT Participações S.A.

Em 18 de setembro de 2014, a Companhia divulgou fato relevante, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informando que foi assinado, nesta mesma data, entre a Companhia ("Compradora") e a Vivendi S.A. ("Vivendi") e suas subsidiárias ("Vendedoras"), o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças ("Contrato"), por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVT Participações S.A. (GVTPar), sociedade controladora da Global Village Telecom S.A. (GVT Operadora, sendo GVTPar, em conjunto com a GVT Operadora, denominadas "GVT") será adquirida pela Companhia. A assinatura do Contrato e documentos relacionados foram devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião do órgão realizada nesta mesma data.

A contraprestação pela aquisição das ações da GVT será efetuada da seguinte forma pela Companhia às Vendedoras:

- Uma parcela de €4.663.000.000,00 a ser paga à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do Contrato, na data de fechamento.

A Companhia financiará o pagamento desta parcela, com um aumento de seu capital social por meio de subscrição pública, cujos termos e condições foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de março de 2015 (nota 1e).

- Uma parcela em ações de emissão da Companhia equivalentes a 12% de ações ordinárias e 12% de ações preferenciais da Companhia após a incorporação de ações da GVTPar.

O pagamento desta parcela será efetuado por meio de incorporação das ações de emissão da GVTPar pela Companhia, com a correspondente entrega de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para os acionistas da GVTPar em substituição às ações da GVTPar incorporadas, observado o número de ações decorrente da parcela em ações a ser conferido às Vendedoras, conforme negociado entre as partes e estabelecido no Contrato, deverá a Administração determinar e divulgar os demais termos e condições desta incorporação de ações oportunamente.

As deliberações a respeito da transação descrita acima conferirão aos acionistas da Companhia delas dissidentes o direito de recesso. Neste sentido, os acionistas dissidentes, titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia nesta data, inclusive, farão jus ao direito de retirada mediante o recebimento do respectivo valor de patrimônio líquido por ação. O valor por ação a ser pago em virtude do exercício do direito de recesso deverá ser divulgado quando for estabelecida a data da Assembleia Geral que deverá deliberar acerca das matérias desta operação.

A Vivendi aceitou a oferta da Telefónica S.A. ("Telefónica") para permutar uma participação na Telecom Itália S.p.A. ("Telecom Itália"), especificamente, a aquisição de 1.110 bilhão de ações ordinárias da Telecom Itália que atualmente representam uma participação de 8,3% no capital com direito a voto da Telecom Itália (equivalente a 5,7% de seu capital social), em troca de 4,5% do capital da Companhia que a Vivendi receberá, resultante da combinação da Companhia e GVT e que representam todas as ações ordinárias e parte das ações preferenciais (representativas de 0,7% de ações preferenciais).

Considerando que a aquisição das ações da GVT pela Companhia representa investimento relevante, nos termos do artigo nº 256 da Lei nº 6.404/76, a aquisição será submetida à análise e aprovação dos acionistas da Companhia, devendo oportunamente ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para esse fim, nos termos da lei.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação.

Notas Explicativas

Em 22 de dezembro de 2014, a ANATEL aprovou a aquisição da totalidade das ações da GVT pela Companhia com algumas condições, que incluem: (i) a manutenção dos serviços e planos atuais oferecidos tanto pela GVT quanto pela Companhia por certo período; (ii) a manutenção dos contratos atualmente detidos pelos clientes da GVT por um certo período; (iii) a manutenção do atual âmbito geográfico dos serviços fornecidos pela GVT e pela Companhia, exigindo, além disso, a expansão das operações para pelo menos 10 municípios dentro de 3 anos, com início em 26 de janeiro de 2015; e (iv) a renúncia da licença STFC detida pela GVT em até 18 meses após as decisões da ANATEL. O acórdão da decisão contém maiores detalhes e pode ser consultado no Diário Oficial da União (“DOU”) de 26 de dezembro de 2014 (Acórdão nº 430/2014-CD, de 24 de dezembro de 2014).

Em 25 de março de 2015, o CADE aprovou o Acordo em Controle de Concentração (“ACC”) nº 08700.009732/2014-93 (conexo ao ACC 08700.009731/2014-49, também aprovado nesta data), envolvendo a Companhia, a GVT e o CADE, que tem como objeto a aquisição da totalidade das ações da GVT pela Companhia. Este ACC prevê algumas condições que incluem: (i) a manutenção dos serviços, planos e contratos atualmente oferecidos tanto pela GVT quanto pela Companhia por certo período; (ii) a manutenção do atual âmbito geográfico dos serviços fornecidos pela GVT e pela Companhia, bem como a expansão de suas operações; (iii) manter, por um certo período, alguns indicadores de qualidade específicos em relação aos serviços de banda larga da GVT prestados aos seus clientes; e (iii) compromisso com algumas obrigações assumidas relativas à renúncia de direitos políticos da Vivendi na Companhia.

d) Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália, S.p.A.

A TELCO S.p.A. (“TELCO”) tem uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, sendo a maior acionista dessa companhia.

A Telefónica detém controle indireto da Telefônica Brasil e a Telecom Itália detém participação indireta na TIM S.A. (“TIM”), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefónica, nem a Telefônica Brasil e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefónica têm qualquer influência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações da TIM no Brasil. A TIM (Brasil) e a Telefônica Brasil competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantêm relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do CADE, no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.

Em 24 de setembro de 2013, a Telefónica realizou um acordo com os demais acionistas da sociedade italiana TELCO, segundo o qual a Telefónica subscreveu e integralizou um aumento de capital na TELCO mediante um aporte de 324 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefónica no capital com direito a voto na TELCO não foi alterada, embora sua participação econômica tenha passado a ser de 66%. Desse modo, se manteve inalterada a governança da TELCO e, portanto, todas as obrigações da Telefónica de se abster de participar ou influenciar as decisões que afetam os mercados em que ambas as empresas estão presentes.

No mesmo documento, os acionistas italianos da TELCO concederam à Telefónica a opção de adquirir a totalidade das suas ações da TELCO, cujo exercício foi condicionado à prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que sejam necessárias (incluindo Brasil e Argentina). A opção de compra está disponível desde 1º de janeiro de 2014 e permanecerá disponível enquanto vigorar o Acordo de Acionistas, exceto (i) entre 1º e 30 de junho de 2014 e entre 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2015, e (ii) em determinados períodos se os acionistas italianos da TELCO solicitarem a cisão da sociedade.

Em 4 de dezembro de 2013, o CADE aprovou, sujeito às condições descritas abaixo, a aquisição pela Telefónica da totalidade da participação que a Portugal Telecom, SGPS SA e PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, SA (“PT”) tinham na Brasilcel NV, uma empresa que detinha o controle da empresa de telefonia móvel brasileira Vivo Participações S.A. (“Vivo Participações”), sociedade incorporada pela Telefônica Brasil S.A.. A transação já foi aprovada pela ANATEL e o encerramento (que não requeria aprovação prévia do CADE na época) foi realizado imediatamente após a aprovação pela ANATEL, em 27 de setembro de 2010.

Notas Explicativas

As condições impostas pelo CADE com relação a essa decisão foram:

- um novo acionista da extinta Vivo Participações passe a compartilhar o controle da extinta Vivo Participações com a Telefónica, em condições idênticas às que se aplicavam à PT, quando detinha a participação na Brasilcel NV ou a Telefónica deixe de ter, direta ou indiretamente, uma participação acionária na TIM Participações S.A.; e
- impor uma multa de R\$15 milhões à Telefónica, por violação do espírito e objetivo do acordo que a Telefónica assinou com o CADE (como condição para a aprovação da operação inicial da aquisição da Telecom Itália em 2007), devido à subscrição e integralização pela Telefónica de ações sem direito a voto na TELCO em seu recente aumento de capital. Esta decisão também impõe à Telefónica a obrigação de alienar as ações sem direito a voto da TELCO.

Em 13 de dezembro de 2013, a Telefónica divulgou fato relevante sobre as duas decisões adotadas pelo CADE em sua reunião de 4 de dezembro de 2013, afirmando que considerou que as medidas impostas não eram razoáveis e, em consequência, iniciou ações legais pertinentes em julho de 2014.

Em 16 de junho de 2014, os acionistas italianos da TELCO resolveram exercer o seu direito de requisição de cisão assegurado pelo Acordo de Acionistas da sociedade. A cisão foi aprovada em assembleia geral dos acionistas da TELCO no dia 9 de julho de 2014 e está sujeita à autorização prévia das autoridades competentes, inclusive do CADE e da ANATEL no Brasil. A cisão, quando autorizada, será implementada por meio da cessão da totalidade da participação atual da TELCO no capital da Telecom Itália, para 4 novas companhias, cada qual inteiramente detida por um dos atuais acionistas da TELCO, e cada qual destinada a ser titular de ações no capital da Telecom Itália em quantidade proporcional à participação econômica atual de seu respectivo futuro controlador no capital social da TELCO.

A cisão resultará na detenção pela Telefónica, por meio da sociedade de propósito específico referida, de 14,77% de ações do capital com direito a voto da Telecom Itália, dos quais 8,3% das ações serão permutados com a Vivendi, na forma acima mencionada e 6,47% das ações que lastrearão debêntures emitidas pela Telefónica em julho de 2014, conversíveis no seu vencimento em ações da Telecom Itália, desde que a cisão da TELCO ocorreu.

Em 22 de dezembro de 2014 e 12 de março de 2015, a ANATEL autorizou a cisão da TELCO, uma operação que tem efeitos na operação de *swap* com a Vivendi, permitindo que a Telefónica detenha, através de uma subsidiária integral, uma participação direta na Telecom Itália. Tal decisão está condicionada à suspensão e renúncia pela Telefónica de todos os seus direitos políticos na Telecom Itália e, finalmente, à realização de um desinvestimento da participação acionária a ser detida diretamente pela Telefónica na Telecom Itália. A aceitação dessa renúncia foi divulgada publicamente pela Telefónica por meio de um fato relevante divulgado em 20 de março de 2015 na Itália, Espanha e Estados Unidos.

Além disso, em 12 de março de 2015, a ANATEL concedeu aprovação para a operação de *swap* acordada entre a Telefónica e a Vivendi, nos termos do qual a Vivendi trocará a totalidade de sua participação votante e parte de sua participação não-votante na Companhia por uma parcela da participação indireta detida pela Telefónica na Telecom Itália, sujeita a determinadas condições como a proibição da Vivendi aumentar sua participação na Companhia.

Em 25 de março de 2015, o CADE aprovou a cisão da TELCO, sujeita à execução de 3 acordos em controle de concentrações. Em tais acordos, a Telefónica e a Companhia se comprometeram, dentre outros, a: (i) manter os serviços e planos atuais oferecidos tanto pela GVT quanto pela Companhia por certo período; (ii) manter os contratos atualmente detidos pelos clientes da GVT por um certo período; (iii) manter o atual âmbito geográfico dos serviços fornecidos pela GVT e pela Companhia, bem como expandir suas operações de acordo com o plano de expansão a ser apresentado à ANATEL; (iv) manter alguns indicadores de qualidade específicos em relação aos serviços da GVT prestados aos seus clientes por um certo período; (v) se comprometer com algumas obrigações assumidas pela Vivendi nos termos do acordo que esta última celebrou com o CADE; (vi) renunciar e suspender todos os direitos políticos detidos pela Telefónica na Telecom Itália; e (vii) realizar um desinvestimento de toda participação a ser detida pela Telefónica a Telecom Itália.

Notas Explicativas

e) Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de março de 2015, foi aprovada a realização da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, incluindo sob a forma de ADSs, representados por *American Depositary Receipts* (“ADRs”), a ser realizada simultaneamente no Brasil e no exterior (“Oferta Global” ou “Oferta”), bem como seus termos e condições.

O efetivo aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, e o preço por Ação Ordinária e o preço por Ação Preferencial serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

Em 26 de março de 2015, a Companhia protocolou perante a CVM, o pedido de registro automático da Oferta, que será realizada simultaneamente: (i) no Brasil (“Oferta Brasileira”), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, mediante uma oferta pública de distribuição primária de Ações com registro na CVM; e (ii) no exterior (“Oferta Internacional”), mediante uma oferta pública de distribuição primária de ações preferenciais sob a forma de ADSs, representados por ADRs, e em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira, a ser registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) em conformidade com o *U.S. Securities Act of 1933*.

Conforme já informado na nota 1c), os recursos decorrentes da Oferta serão utilizados em sua maior parte na aquisição da GVT.

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência para subscrição das Ações, nos termos do artigo 172 da Lei n.º 6.404/76, porém terão prioridade para subscrever ações, proporcionalmente à sua participação no capital social da Companhia.

As informações completas desta Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações, foram arquivadas e estão disponíveis nos sites da CVM (www.cvm.org.br) e da Companhia (www.telefonica.com.br/ri) e as informações sobre o aumento de capital realizado na Companhia estão descritas na nota 34.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (“ITRs”)

2.1) Declaração de Conformidade

As ITRs individuais (Controladora) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As ITRs consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo IASB e normas estabelecidas pela CVM.

A Diretoria, em reunião realizada em 6 de maio de 2015, autorizou a emissão destas ITRs, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2015.

2.2) Bases de Preparação e Apresentação

As ITRs da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2015 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 31 de março de 2015 com 31 de dezembro de 2014.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (nota explicativa 3 – “Resumo das Principais Práticas Contábeis”) e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas e a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014.

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final: Esta norma reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data da aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros.

IFRS 10 and IAS 28 Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture (Venda ou Aporte de Ativos entre uma Investidora e sua Associada ou Controle Conjunto), revisão: Esta norma determina o tratamento contábil para operações com ativos entre uma investidora e empresas associadas ou entidades de controle conjunto. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 10, 12 and IAS 28 Investment Entities: Applying the Consolidation Exemption (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão: Esta norma aborda os requerimentos de divulgação de demonstrações financeiras para entidade de investimento. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 11 Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão: As alterações desta norma exigem que um investidor conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Contas de Diferimento Regulatórias), emissão: Esta norma é opcional que permite a uma sociedade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As sociedades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da sociedade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira, visto que já elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS vigentes.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes), emissão: Esta norma exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017, podendo ser adotada de forma retrospectiva ou utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes de sua aplicação em suas ITRs e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos potenciais em seus relatórios financeiros.

Notas Explicativas

IAS 1 Disclosure Initiative (Iniciativas de Divulgação), revisão: Esta norma aborda alterações no conjunto de informações das demonstrações financeiras de uma sociedade. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IAS 16 and IAS 38 Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão: As alterações esclarecem sobre os métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

A Companhia não adota antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, desde que não seja de aplicação obrigatória.

2.3) Bases de consolidação

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia detinha participação societária nas sociedades, conforme segue:

Investidas	Tipo de investimento	% de participação	Pais (Sede)	Atividade principal
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada integral	100,00%	Brasil	Telecomunicações
Aliança Atlântica Holging B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em controlada ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas ITRs individuais. Nas ITRs consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido na controlada são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedade de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas ITRs consolidadas.

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Caixa e contas bancárias	71.935	63.136	74.079	64.010
Aplicações financeiras	2.060.263	3.772.168	3.138.075	4.628.679
Total	2.132.198	3.835.304	3.212.154	4.692.689

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

4) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Valores faturados	4.989.119	4.957.574	5.575.572	5.538.184
Valores a faturar	1.843.041	1.868.376	1.993.511	1.997.798
Valores de interconexão	1.041.918	991.752	1.041.918	991.752
Valores com partes relacionadas (nota 28)	213.039	157.306	169.196	115.048
Contas a receber bruto	8.087.117	7.975.008	8.780.197	8.642.782
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.491.917)	(1.313.956)	(1.818.601)	(1.619.316)
Total	6.595.200	6.661.052	6.961.596	7.023.466
Circulante	6.411.415	6.470.764	6.667.465	6.724.061
Não circulante	183.785	190.288	294.131	299.405

Notas Explicativas

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 31 de março de 2015, R\$183.785 (R\$190.288 em 31 de dezembro de 2014), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de março de 2015, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$37.183 (R\$29.872 em 31 de dezembro de 2014).
- Em 31 de março de 2015, R\$110.346 (R\$109.117 em 31 de dezembro de 2014), referente ao produto "Soluciona TI", comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de março de 2015, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$7.128 (R\$7.522 em 31 de dezembro de 2014).

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
A vencer	4.626.436	4.853.376	4.870.220	5.107.714
Vencidas – 1 a 30 dias	1.004.360	914.709	1.028.452	970.086
Vencidas – 31 a 60 dias	339.821	318.552	341.431	328.367
Vencidas – 61 a 90 dias	213.539	207.542	250.136	243.981
Vencidas – 91 a 120 dias	95.388	75.895	106.312	73.962
Vencidas – mais de 120 dias	315.656	290.978	365.045	299.356
Total	6.595.200	6.661.052	6.961.596	7.023.466

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(1.033.665)	(1.271.622)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 23)	(196.448)	(207.860)
Baixa pela utilização	134.532	133.224
Saldo em 31.03.14	(1.095.581)	(1.346.258)
Complemento líquido das perdas estimadas	(635.736)	(688.476)
Baixa pela utilização	417.361	415.418
Saldo em 31.12.14	(1.313.956)	(1.619.316)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 23)	(304.662)	(324.415)
Baixa pela utilização	126.701	125.130
Saldo em 31.03.15	(1.491.917)	(1.818.601)

Os saldos das contas a receber, circulante e não circulante referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto "Soluciona TI", contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.03.15	31.12.14
Valor presente a receber	510.979	497.523
Receita financeira não realizada	7.128	7.522
Valor nominal a receber	518.107	505.045
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(253.271)	(240.191)
Valor líquido a receber	264.836	264.854
Circulante	154.490	155.737
Não circulante	110.346	109.117

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto "Soluciona TI" em 31 de março de 2015 era:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	277.128	277.128
A vencer até cinco anos	240.979	233.851
Total	518.107	510.979

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

5) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Materiais para revenda (a)	582.722	441.793	631.160	464.718
Materiais para consumo	62.296	54.847	63.209	55.820
Outros estoques	7.773	7.749	7.773	7.749
Total bruto	652.791	504.389	702.142	528.287
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(53.230)	(45.901)	(54.722)	(48.486)
Total	599.561	458.488	647.420	479.801

(a) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(52.275)	(58.161)
Complemento das perdas estimadas	(5.823)	(7.336)
Reversão das perdas estimadas	3.724	3.724
Saldo em 31.03.14	(54.374)	(61.773)
Complemento das perdas estimadas	(21.329)	(23.676)
Reversão das perdas estimadas	29.802	36.963
Saldo em 31.12.14	(45.901)	(48.486)
Complemento das perdas estimadas	(10.244)	(10.258)
Reversão das perdas estimadas	2.915	4.022
Saldo em 31.03.15	(53.230)	(54.722)

Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 23).

6) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

6.1) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
ICMS (a)	1.660.384	1.686.062	1.672.117	1.696.578
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b)	457.981	597.718	461.186	601.515
Impostos e contribuições retidos na fonte (c)	103.052	115.445	119.686	134.795
PIS e COFINS	72.802	85.662	73.569	86.447
Outros	18.975	18.722	24.094	23.532
Total	2.313.194	2.503.609	2.350.652	2.542.867
Circulante	1.973.327	2.163.404	2.010.785	2.202.662
Não circulante	339.867	340.205	339.867	340.205

(a) Refere-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros.

(b) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

Notas Explicativas

- (c) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

6.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- (a) Imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa: representado pelo montante registrado, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.
- (b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.
- (c) Imposto de renda (IR) e Contribuição social (CS) sobre diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora											
	Saldos em 31.12.13		Demonstração dos resultados		Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)		Saldos em 31.03.14		Demonstração dos resultados		Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	
Ativo diferido												
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	122.321	(90.391)	-	31.930	38.234	-	70.164	(53.036)	-	17.128		
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)												
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.322.244	73.594	-	1.395.838	58.511	-	1.454.349	92.918	-	1.547.267		
Fornecedores e outras provisões	338.458	79.400	-	417.858	18.941	-	436.799	71.209	-	508.008		
Carteira de clientes e marcas	-	-	-	-	311.141	-	311.141	-	-	311.141		
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	241.203	13.804	-	255.007	48.925	-	303.932	49.072	-	353.004		
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	164.518	9.365	-	173.883	(6.190)	-	167.693	2.627	-	170.320		
Planos de benefícios pós emprego	143.537	2.925	-	146.462	9.764	-	156.226	3.808	-	160.034		
Participação nos resultados	71.287	(34.183)	-	37.104	107.955	-	145.059	(53.585)	-	91.474		
Provisão para programa de fidelização	31.199	(11)	-	31.188	320	-	31.508	424	-	31.932		
Depreciação acelerada contábil	154.181	(4.472)	-	149.709	(134.334)	-	15.375	567	-	15.942		
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.884	325	-	11.209	(1.195)	-	10.014	310	-	10.324		
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	157.988	(2.716)	440	155.712	(20.864)	20.976	155.824	47.403	336	203.563		
Total do ativo diferido	2.757.820	47.640	440	2.805.900	431.208	20.976	3.258.084	161.717	336	3.420.137		
Passivo diferido												
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)		
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)												
Licença	(719.780)	(79.976)	-	(799.756)	(188.140)	-	(987.896)	(54.082)	-	(1.041.978)		
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(568.338)	(36.800)	-	(605.138)	(110.400)	-	(715.538)	(36.800)	-	(752.338)		
Ágios da Vivo Part.	(480.366)	(53.574)	-	(533.940)	(155.137)	-	(689.077)	(50.982)	-	(740.059)		
Lei da Inovação tecnológica	(308.490)	17.610	-	(290.880)	34.426	-	(256.454)	13.742	-	(242.712)		
Carteira de clientes	(461.870)	21.128	-	(440.742)	440.742	-	-	-	-	-		
Marcas e patentes	(479.548)	7.157	-	(472.391)	472.391	-	-	-	-	-		
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(124.527)	14.319	(691)	(110.899)	(6.714)	(113.267)	(230.880)	4.066	(205.881)	(432.695)		
Total do passivo diferido	(3.480.454)	(110.136)	(691)	(3.591.281)	487.168	(113.267)	(3.217.380)	(124.056)	(205.881)	(3.547.317)		
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(722.634)	(62.496)	(251)	(785.381)	918.376	(92.291)	40.704	37.661	(205.545)	(127.180)		
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido												
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:												
Ativo diferido líquido, não circulante	-	-	-	-	-	-	40.704	-	-	-	-	-
Passivo diferido líquido, não circulante	(722.634)	-	-	(785.381)	-	-	-	-	-	(127.180)	-	-

Notas Explicativas

	Consolidado									
	Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)		Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)		Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)		Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)		Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	
	Saldos em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Saldos em 31.03.14	Demonstração dos resultados	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Saldos em 31.03.15	Demonstração dos resultados	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados
Ativo diferido										
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	262.915	(117.072)	-	145.843	(52.297)	-	93.546	(76.418)	-	17.128
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)										
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.327.288	73.695	-	1.400.983	58.855	-	1.459.838	93.042	-	1.552.880
Fornecedores e outras provisões	398.956	90.865	-	489.821	12.136	-	501.957	78.526	-	580.483
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	245.556	15.054	-	260.610	54.462	-	315.072	51.875	-	366.947
Carteira de clientes e marcas	-	-	-	-	311.141	-	311.141	-	-	311.141
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	166.174	9.624	-	175.798	(6.092)	-	169.706	2.789	-	172.495
Planos de benefícios pós emprego	143.537	2.925	-	146.462	9.763	-	156.225	3.809	-	160.034
Participação nos resultados	71.948	(34.637)	-	37.311	108.518	-	145.829	(54.060)	-	91.769
Depreciação acelerada contábil	154.181	(4.472)	-	149.709	(134.334)	-	15.375	567	-	15.942
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	12.885	839	-	13.724	(2.831)	-	10.893	(62)	-	10.831
Provisão para programa de fidelização	31.199	(11)	-	31.188	319	-	31.507	424	-	31.931
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	157.313	(2.888)	440	154.885	(20.346)	20.976	155.515	46.763	336	202.614
Total do ativo diferido	2.971.952	33.942	440	3.006.334	339.294	20.976	3.366.604	147.255	336	3.514.195
Passivo diferido										
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)										
Licença	(719.780)	(79.976)	-	(799.756)	(188.140)	-	(987.896)	(54.082)	-	(1.041.978)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.										
Ágios da Vivo Part.	(568.338)	(36.800)	-	(605.138)	(110.400)	-	(715.538)	(50.982)	-	(766.520)
Lei da Inovação tecnológica	(480.366)	(53.374)	-	(533.740)	(155.337)	-	(689.077)	(36.800)	-	(725.877)
Carteira de clientes	(308.490)	17.610	-	(290.880)	34.426	-	(256.454)	13.742	-	(242.712)
Marcas e patentes	(461.870)	21.128	-	(440.742)	440.742	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	(479.548)	7.157	-	(472.391)	472.391	-	-	-	-	-
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(128.365)	15.694	(691)	(113.362)	(8.658)	(113.267)	(235.287)	5.172	(205.881)	(435.996)
Total do passivo diferido	(3.484.292)	(108.561)	(691)	(3.593.544)	485.024	(113.267)	(3.221.787)	(122.950)	(205.881)	(3.550.618)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(512.340)	(74.619)	(251)	(587.210)	824.318	(92.291)	144.817	24.305	(205.545)	(36.423)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido										
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:										
Ativo diferido líquido, não circulante	210.294	-	198.171	-	144.817	-	90.757	-	-	(127.180)
Passivo diferido líquido, não circulante	(722.634)	-	(785.381)	-	-	-	-	-	-	-

A seguir, apresentamos os montantes do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido em 31 de março de 2015 e 2014.

	Controladora/Consolidado	
	31.03.15	31.03.14
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	336	440
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	(205.881)	(691)
Total	(205.545)	(251)

7) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Depósitos judiciais				
Tributário	2.800.654	2.647.635	2.819.140	2.665.757
Trabalhista	1.023.644	1.008.745	1.030.992	1.016.019
Cível e regulatório	952.103	935.842	953.031	936.782
Total	4.776.401	4.592.222	4.803.163	4.618.558
Bloqueios judiciais				
Total	117.656	124.730	119.690	126.667
Total	4.894.057	4.716.952	4.922.853	4.745.225
Circulante				
Circulante	200.229	202.169	200.229	202.169
Não circulante	4.693.828	4.514.783	4.722.624	4.543.056

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015, a Companhia mantinha diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$2.819.140 (R\$2.665.757 em 31 de dezembro de 2014). Na nota 17, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)

A Companhia e Controlada estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (“DCTF”); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$33.519 (R\$33.040 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (“CIDE”)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$156.034 (R\$153.759 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (“FISTEL”)

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e Controlada questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$947.270 (R\$929.880 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de *tráfego sainte*; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com *aluguéis* e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$64.343 (R\$63.295 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (“SIEF”); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$30.845 (R\$30.325 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (“EBC”)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (“Sinditelebrasil”) discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e Controlada, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$796.047 (R\$672.593 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (“SAT”) e Verbas para Terceiros (“INSS”)

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); e (iv) premiações.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$104.147 (R\$102.820 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”)

A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto visa a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/01 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados).

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$77.986 (R\$76.459 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (“ILL”)

A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal (“REFIS”), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$55.544 (R\$54.723 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

A Companhia e Controlada ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$401.377 (R\$394.489 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago; e (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$93.142 (R\$97.278 em 31 de dezembro de 2014).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano ("IPTU") não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração ("PPNUM") pela ANATEL.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$58.886 (R\$57.096 em 31 de dezembro de 2014).

8) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Taxa fistel (a)	822.475	-	822.475	-
Propaganda e publicidade	167.644	198.758	167.644	198.758
Seguros	26.697	33.594	28.407	35.574
Alugueis	23.667	45.318	23.667	45.318
Encargos financeiros	14.668	8.426	14.668	8.426
Manutenção de <i>software</i> , tributos e outras	103.816	38.817	109.516	41.698
Total	1.158.967	324.913	1.166.377	329.774
Circulante	1.137.532	300.567	1.143.416	303.551
Não circulante	21.435	24.346	22.961	26.223

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2014, pagos em março de 2015 e que serão amortizados para o resultado até o final do exercício.

9) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Adiantamentos a empregados e fornecedores	99.911	49.827	101.536	50.981
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	308.141	318.041	80.183	73.042
Crédito com fornecedores	95.857	114.422	112.047	121.615
Subsídio na venda de aparelhos celulares	34.924	45.850	34.924	45.850
<i>Superávit</i> de planos de benefícios pós-emprego (nota 31)	14.918	14.515	15.060	14.653
Outros valores a realizar	29.079	87.068	45.914	87.280
Total	582.830	629.723	389.664	393.421
Circulante	490.046	535.020	296.676	298.496
Não circulante	92.784	94.703	92.988	94.925

Notas Explicativas

10) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A Companhia detém participações societárias em controlada integral e de controle em conjunto, conforme segue:

TData: Controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, entre outros.

Aliança: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 31.03.15				Em 31.12.14			
	Controlada integral	Controladas em Conjunto			Controlada integral	Controladas em Conjunto		
	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:								
Ativo circulante	1.966.711	11	13.882	145.883	1.749.933	11	12.728	136.350
Ativo não circulante	321.764	-	11.959	-	335.735	-	12.134	-
Total do ativo	2.288.475	11	25.841	145.883	2.085.668	11	24.862	136.350
Passivo circulante	882.111	1	3.482	57	883.906	1	3.232	92
Passivo não circulante	48.995	-	4.805	-	48.611	-	4.546	-
Patrimônio líquido	1.357.369	10	17.554	145.826	1.153.151	10	17.084	136.258
Total do passivo e patrimônio líquido	2.288.475	11	25.841	145.883	2.085.668	11	24.862	136.350
Valor contábil do investimento	1.357.369	5	8.777	72.913	1.153.151	5	8.542	68.129

	Em 31.03.15				Em 31.03.14			
	Controlada integral	Controladas em Conjunto			Controlada integral	Controladas em Conjunto		
	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Resumo da Demonstração de Resultados:								
Receita operacional líquida	600.324	15	9.653	-	472.811	15	7.919	-
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(275.817)	-	(7.718)	-	(249.027)	-	(6.858)	-
Despesas com comercialização	(37.070)	-	-	-	(36.144)	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(8.783)	(15)	(1.463)	(24)	2.060	(15)	(1.070)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.045	-	(128)	-	12.457	-	1.773	(44)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	30.104	-	255	18	16.602	-	180	110
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	309.803	-	599	(6)	218.759	-	1.944	66
Imposto de renda e contribuição social	(105.585)	-	(129)	-	(74.329)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	204.218	-	470	(6)	144.430	-	1.944	66
Valor contábil do lucro líquido (prejuízo) do período, reconhecido como equivalência patrimonial	204.218	-	235	(3)	144.430	-	972	33

Notas Explicativas

b) Movimentação dos Investimentos

	Saldos em 31.12.13	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.03.14	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.12.14	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.03.15
Participações	853.866	145.435	(2.763)	996.538	597.193	(366.116)	2.212	1.229.827	204.450	4.787	1.439.064
Controlada integral	778.289	144.430	-	922.719	591.258	(360.826)	-	1.153.151	204.218	-	1.357.369
TData	778.289	144.430	-	922.719	591.258	(360.826)	-	1.153.151	204.218	-	1.357.369
Controladas em conjunto	75.577	1.005	(2.763)	73.819	5.935	(5.290)	2.212	76.676	232	4.787	81.695
Aliança	68.607	33	(2.763)	65.877	40	-	2.212	68.129	(3)	4.787	72.913
AIX	6.965	972	-	7.937	5.895	(5.290)	-	8.542	235	-	8.777
ACT	5	-	-	5	-	-	-	5	-	-	5
Ágios (a)	212.058	-	-	212.058	-	-	-	212.058	-	-	212.058
Outras participações	10.772	-	(1.295)	9.477	-	-	(6.348)	3.129	-	(989)	2.140
Outros investimentos (b)	10.772	-	(1.295)	9.477	-	-	(6.348)	3.129	-	(989)	2.140
Total de investimentos na controladora	1.076.696	145.435	(4.058)	1.218.073	597.193	(366.116)	(4.136)	1.445.014	204.450	3.798	1.653.262
Aliança	68.607	33	(2.763)	65.877	40	-	2.212	68.129	(3)	4.787	72.913
AIX	6.965	972	-	7.937	5.895	(5.290)	-	8.542	235	-	8.777
ACT	5	-	-	5	-	-	-	5	-	-	5
Outros investimentos (b)	10.772	-	(1.295)	9.477	-	-	(6.348)	3.129	-	(989)	2.140
Total de investimentos no consolidado	86.349	1.005	(4.058)	83.296	5.935	(5.290)	(4.136)	79.805	232	3.798	83.835

- (a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

11) **IMOBILIZADO LÍQUIDO**a) Composição

Em 31 de março de 2015

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	17.396.841	(14.658.905)	2.737.936	17.404.071	(14.665.912)	2.738.159
Equipamentos e meios de transmissão	37.910.226	(27.284.882)	10.625.344	37.910.878	(27.285.362)	10.625.516
Equipamentos terminais/modens	11.037.631	(9.455.160)	1.582.471	11.083.363	(9.484.180)	1.599.183
Infraestrutura	13.602.089	(10.133.085)	3.469.004	13.612.968	(10.142.352)	3.470.616
Terrenos	312.952	-	312.952	312.952	-	312.952
Outros ativos imobilizados	3.406.846	(2.742.903)	663.943	3.566.299	(2.857.143)	709.156
Provisões para perda	(158.352)	-	(158.352)	(158.493)	-	(158.493)
Bens e instalações em andamento	1.295.311	-	1.295.311	1.300.334	-	1.300.334
Total	84.803.544	(64.274.935)	20.528.609	85.032.372	(64.434.949)	20.597.423

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	17.140.731	(14.599.055)	2.541.676	17.147.961	(14.606.044)	2.541.917
Equipamentos e meios de transmissão	37.199.508	(26.990.931)	10.208.577	37.200.161	(26.991.399)	10.208.762
Equipamentos terminais/modens	10.838.174	(9.227.487)	1.610.687	10.882.788	(9.254.451)	1.628.337
Infraestrutura	13.486.180	(10.000.989)	3.485.191	13.497.058	(10.010.123)	3.486.935
Terrenos	314.350	-	314.350	314.350	-	314.350
Outros ativos imobilizados	3.394.231	(2.722.927)	671.304	3.549.258	(2.833.705)	715.553
Provisões para perda	(156.592)	-	(156.592)	(156.728)	-	(156.728)
Bens e instalações em andamento	1.706.538	-	1.706.538	1.714.738	-	1.714.738
Total	83.923.120	(63.541.389)	20.381.731	84.149.586	(63.695.722)	20.453.864

Notas Explicativas

b) Movimentação

	Controladora								Total
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Provisões para perda (a)	Bens e instalações em andamento	
Saldo em 31.12.13	2.364.940	8.432.306	1.455.849	3.466.208	314.558	598.308	(168.124)	1.913.860	18.377.905
Adições (Capex)	3.470	18.369	52.741	12.910	-	25.828	-	765.739	879.057
Baixas líquidas	(731)	(13.769)	(287)	(878)	-	(625)	3.473	(4.166)	(16.983)
Transferências líquidas	87.084	516.681	170.859	138.311	-	10.192	-	(983.514)	(60.387)
Depreciação (nota 23)	(141.641)	(400.759)	(213.294)	(169.275)	-	(50.054)	-	-	(975.023)
Saldo em 31.03.14	2.313.122	8.552.828	1.465.868	3.447.276	314.558	583.649	(164.651)	1.691.919	18.204.569
Adições (Capex)	8.572	85.521	97.375	34.336	-	135.472	-	4.339.821	4.701.097
Baixas líquidas	(39)	(20.665)	(2.500)	(408)	(208)	(1.592)	8.543	(14.680)	(31.549)
Transferências líquidas	519.746	2.525.287	747.438	374.694	-	114.184	(484)	(4.310.522)	(29.657)
Depreciação	(299.725)	(934.394)	(697.494)	(370.707)	-	(160.409)	-	-	(2.462.729)
Saldo em 31.12.14	2.541.676	10.208.577	1.610.687	3.485.191	314.350	671.304	(156.592)	1.706.538	20.381.731
Adições (Capex)	2.528	44.188	28.615	13.521	-	17.938	(2.916)	957.161	1.061.035
Baixas líquidas	(824)	(9.849)	(46)	(254)	(12)	(911)	1.156	(6.058)	(16.798)
Transferências líquidas	314.644	729.166	174.280	112.039	(1.386)	29.605	-	(1.362.330)	(3.982)
Depreciação (nota 23)	(120.088)	(346.738)	(231.065)	(141.493)	-	(53.993)	-	-	(893.377)
Saldo em 31.03.15	2.737.936	10.625.344	1.582.471	3.469.004	312.952	663.943	(158.352)	1.295.311	20.528.609

	Consolidado								Total
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Provisões para perda (a)	Bens e instalações em andamento	
Saldo em 31.12.13	2.365.290	8.432.543	1.468.057	3.468.495	314.558	594.957	(169.979)	1.967.726	18.441.647
Adições (Capex)	3.470	18.369	54.075	12.910	-	35.620	-	755.078	879.522
Baixas líquidas	(731)	(13.769)	(283)	(878)	-	(625)	3.325	(4.166)	(17.127)
Transferências líquidas	87.082	516.682	170.861	138.312	-	38.045	-	(1.001.359)	(50.377)
Depreciação (nota 23)	(141.684)	(400.775)	(214.942)	(169.412)	-	(52.507)	-	-	(979.320)
Saldo em 31.03.14	2.313.427	8.553.050	1.477.768	3.449.427	314.558	615.490	(166.654)	1.717.279	18.274.345
Adições (Capex)	8.572	85.521	109.353	34.336	-	137.196	-	4.350.482	4.725.460
Baixas líquidas	(39)	(20.665)	(2.504)	(408)	(208)	(1.592)	10.410	(15.943)	(30.949)
Transferências líquidas	519.748	2.525.286	747.593	374.693	-	134.030	(484)	(4.337.080)	(36.214)
Depreciação	(299.791)	(934.430)	(703.873)	(371.113)	-	(169.571)	-	-	(2.478.778)
Saldo em 31.12.14	2.541.917	10.208.762	1.628.337	3.486.935	314.350	715.553	(156.728)	1.714.738	20.453.864
Adições (Capex)	2.528	44.188	29.734	13.521	-	22.364	(2.916)	954.285	1.063.704
Baixas líquidas	(824)	(9.849)	(46)	(254)	(12)	(911)	1.151	(6.359)	(17.104)
Transferências líquidas	314.644	729.166	174.280	112.039	(1.386)	29.605	-	(1.362.330)	(3.982)
Depreciação (nota 23)	(120.106)	(346.751)	(233.122)	(141.625)	-	(57.455)	-	-	(899.059)
Saldo em 31.03.15	2.738.159	10.625.516	1.599.183	3.470.616	312.952	709.156	(158.493)	1.300.334	20.597.423

(a) A Companhia e Controlada reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

c) Taxas de depreciação

Os ativos imobilizados da Companhia e Controlada são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamentos de comutação	10,00 a 20,00
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 20,00
Equipamentos terminais/modems	10,00 a 66,67
Infraestrutura	2,50 a 66,67
Outros ativos imobilizados	10,00 a 25,00

d) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais de R\$131.491 (R\$130.000 em 31 de dezembro de 2014).

e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não capitalizou custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

Notas Explicativas

f) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de março de 2015, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$7.855.377 (R\$7.639.587 em 31 de dezembro de 2014), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

g) Arrendamento Financeiro

A seguir, demonstramos os montantes relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, segregados por classe do ativo imobilizado.

	Taxas anuais de depreciação (%)	31.03.15			31.12.14		
		Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5%	209.935	(14.686)	195.249	209.935	(12.062)	197.873
Infraestrutura	5%	6.674	(2.093)	4.581	5.279	(2.032)	3.247
Outros ativos	20%	78.295	(78.295)	-	78.295	(78.295)	-
Total		294.904	(95.074)	199.830	293.509	(92.389)	201.120

12) INTANGÍVEL LÍQUIDO

a) Composição

Em 31 de março de 2015

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Vida útil indefinida						
Ágio	10.013.222	-	10.013.222	10.225.280	-	10.225.280
Vida útil definida						
Softwares	11.470.148	(9.416.701)	2.053.447	11.506.895	(9.451.307)	2.055.588
Carteira de clientes	1.990.278	(942.543)	1.047.735	1.990.278	(942.543)	1.047.735
Marcas e Patentes	1.601.433	(296.239)	1.305.194	1.601.433	(296.239)	1.305.194
Licença	20.052.007	(3.734.039)	16.317.968	20.052.007	(3.734.039)	16.317.968
Outros ativos intangíveis	152.055	(151.956)	99	152.055	(151.956)	99
Softwares em andamento	36.543	-	36.543	36.543	-	36.543
Total	45.315.686	(14.541.478)	30.774.208	45.564.491	(14.576.084)	30.988.407

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Vida útil indefinida						
Ágio	10.013.222	-	10.013.222	10.225.280	-	10.225.280
Vida útil definida						
Softwares	11.242.808	(9.232.751)	2.010.057	11.279.547	(9.266.911)	2.012.636
Carteira de clientes	1.990.278	(880.402)	1.109.876	1.990.278	(880.402)	1.109.876
Marcas e Patentes	1.601.433	(275.187)	1.326.246	1.601.433	(275.187)	1.326.246
Licença	20.052.007	(3.505.409)	16.546.598	20.052.007	(3.505.409)	16.546.598
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.913)	113	152.026	(151.913)	113
Softwares em andamento	66.675	-	66.675	66.675	-	66.675
Total	45.118.449	(14.045.662)	31.072.787	45.367.246	(14.079.822)	31.287.424

Notas Explicativas

b) Movimentação

Custo	Controladora							Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida					Softwares em andamento	
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Licenças	Outros ativos intangíveis		
Saldo em 31.12.13	10.013.222	1.983.624	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	46.348	29.286.991
Adições (Capex)	-	67.532	-	-	-	-	53.426	120.958
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	70.949	-	-	40.743	-	(61.315)	50.377
Amortização (nota 23)	-	(190.579)	(62.141)	(21.052)	(189.811)	(91)	-	(463.674)
Saldo em 31.03.14	10.013.222	1.931.402	1.296.301	1.389.401	14.325.498	245	38.459	28.994.528
Adições (Capex)	-	429.642	-	-	2.770.320	-	213.913	3.413.875
Transferências líquidas	-	219.762	-	-	2.149	-	(185.697)	36.214
Amortização	-	(570.749)	(186.425)	(63.155)	(551.369)	(132)	-	(1.371.830)
Saldo em 31.12.14	10.013.222	2.010.057	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.072.787
Adições (Capex)	-	121.638	-	-	-	29	81.397	203.064
Baixas líquidas	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Transferências líquidas	-	115.511	-	-	-	-	(111.529)	3.982
Amortização (nota 23)	-	(193.756)	(62.141)	(21.052)	(228.630)	(43)	-	(505.622)
Saldo em 31.03.15	10.013.222	2.053.447	1.047.735	1.305.194	16.317.968	99	36.543	30.774.208

Custo	Consolidado							Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida					Softwares em andamento	
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Licenças	Outros ativos intangíveis		
Saldo em 31.12.13	10.225.280	1.987.634	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	46.348	29.503.059
Adições (Capex)	-	68.090	-	-	-	-	53.426	121.516
Baixas líquidas	-	(125)	-	-	-	-	-	(125)
Transferências líquidas	-	70.949	-	-	40.743	-	(61.315)	50.377
Amortização (nota 23)	-	(191.139)	(62.141)	(21.052)	(189.811)	(91)	-	(464.234)
Saldo em 31.03.14	10.225.280	1.935.409	1.296.301	1.389.401	14.325.498	245	38.459	29.210.593
Adições (Capex)	-	429.640	-	-	2.770.320	-	213.913	3.413.873
Baixas líquidas	-	1	-	-	-	-	-	1
Transferências líquidas	-	219.762	-	-	2.149	-	(185.697)	36.214
Amortização	-	(572.176)	(186.425)	(63.155)	(551.369)	(132)	-	(1.373.257)
Saldo em 31.12.14	10.225.280	2.012.636	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.287.424
Adições (Capex)	-	121.646	-	-	-	29	81.397	203.072
Baixas líquidas	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Transferências líquidas	-	115.511	-	-	-	-	(111.529)	3.982
Amortização (nota 23)	-	(194.202)	(62.141)	(21.052)	(228.630)	(43)	-	(506.068)
Saldo em 31.03.15	10.225.280	2.055.588	1.047.735	1.305.194	16.317.968	99	36.543	30.988.407

A seguir, apresentamos a composição dos ágios em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	9.160.488	9.160.488
Total	10.013.222	10.225.280

- (a) Ágio gerado da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
- (c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
- (d) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.

c) Taxas de amortização

As taxas de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida da Companhia, são amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

Notas Explicativas

Descrição	Taxas anuais de amortização (%)
Softwares	20,00
Carteira de clientes	11,76
Marcas e patentes	5,13
Licenças	3,60 a 6,67
Outros ativos intangíveis	20,00

13) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Salários e remunerações	24.971	27.754	25.504	27.754
Encargos e benefícios sociais	284.208	267.736	288.510	271.082
Participação de empregados nos resultados	70.836	197.019	71.704	199.284
Planos de remuneração baseados em ações (nota 30)	21.245	18.793	21.255	18.793
Outras indenizações	156.529	193.297	156.529	193.297
Total	557.789	704.599	563.502	710.210
Circulante	436.508	585.770	442.211	591.381
Não circulante	121.281	118.829	121.291	118.829

14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Fornecedores diversos	5.641.058	6.521.830	5.921.470	6.794.000
Valores a repassar	179.721	103.016	179.620	102.915
Interconexão / interligação	386.934	445.192	386.934	445.192
Partes relacionadas (nota 28)	578.480	605.594	335.134	299.084
Total	6.786.193	7.675.632	6.823.158	7.641.191

15) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Tributos sobre a renda	41.258	-	74.711	16.355
Imposto de renda e contribuição social a pagar	41.258	-	74.711	16.355
Tributos indiretos	1.206.968	1.277.709	1.268.023	1.332.444
ICMS	922.957	968.800	923.388	969.953
PIS e COFINS	189.464	194.627	235.674	236.556
Fust e Funttel	35.540	35.975	35.540	35.975
ISS, CIDE e outros tributos	59.007	78.307	73.421	89.960
Total	1.248.226	1.277.709	1.342.734	1.348.799
Circulante	1.190.403	1.236.330	1.258.756	1.281.673
Não circulante	57.823	41.379	83.978	67.126

16) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber

A Companhia possuía saldos a receber de dividendos da TData no montante de R\$174.726 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

Notas Explicativas

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar

Composição:

	Controladora/Consolidado	
	31.03.15	31.12.14
Telefónica Internacional S.A.	1.137.561	316.008
Telefónica S.A.	940.688	261.318
SP Telecomunicações Participações Ltda	714.016	198.350
Telefónica Chile S.A.	2.254	626
Acionistas não controladores	1.450.461	719.019
Total	4.244.980	1.495.321

Movimentação:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.14	1.495.321
Dividendos complementares de 2014	2.750.000
Pagamentos de dividendos e JSCP	(1.759)
IRRF sobre acionistas isentos/ímmunes de JSCP	1.418
Saldo em 31.03.15	4.244.980

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

17) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e a Controlada respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e Controlada, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, demonstramos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

Notas Explicativas

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	
Saldos em 31.12.13	988.180	2.133.934	970.403	275.677	235.998	4.604.192
Ingressos	42.999	151.391	100.741	-	6.803	301.934
Baixas por pagamento	(32.769)	(35.636)	(23.440)	-	-	(91.845)
Baixas por reversão	(8.520)	(19.689)	(25.144)	(9.230)	(6.437)	(69.020)
Atualização monetária	9.899	37.759	33.184	4.565	-	85.407
Saldos em 31.03.14	999.789	2.267.759	1.055.744	271.012	236.364	4.830.668
Ingressos	190.656	19.962	431.718	-	130.279	772.615
Baixas por pagamento	(166.899)	(31.996)	(205.901)	-	-	(404.796)
Baixas por reversão	(54.855)	(7.209)	(152.317)	(7.725)	(119.714)	(341.820)
Atualização monetária	44.435	131.382	68.227	14.321	-	258.365
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.379.898	1.197.471	277.608	246.929	5.115.032
Ingressos	89.660	114.783	147.021	-	20.828	372.292
Baixas por pagamento	(45.783)	-	(43.017)	-	-	(88.800)
Baixas por reversão	(12.272)	-	(40.709)	(6.889)	(5.997)	(65.867)
Atualização monetária	21.327	45.726	42.732	2.684	-	112.469
Saldos em 31.03.15	1.066.058	2.540.407	1.303.498	273.403	261.760	5.445.126
Em 31.03.15						
Circulante	124.585	-	602.127	-	-	726.712
Não circulante	941.473	2.540.407	701.371	273.403	261.760	4.718.414
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.379.898	647.794	277.608	246.929	4.440.756
	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	
Saldos em 31.12.13	988.180	2.148.800	970.403	275.677	240.753	4.623.813
Ingressos	42.999	151.404	100.741	-	6.803	301.947
Baixas por pagamento	(32.769)	(35.636)	(23.440)	-	-	(91.845)
Baixas por reversão	(8.520)	(19.689)	(25.144)	(9.230)	(6.437)	(69.020)
Atualização monetária	9.899	38.022	33.184	4.565	-	85.670
Saldos em 31.03.14	999.789	2.282.901	1.055.744	271.012	241.119	4.850.565
Ingressos	190.656	19.962	431.718	-	130.279	772.615
Baixas por pagamento	(166.899)	(31.996)	(205.901)	-	-	(404.796)
Baixas por reversão	(54.855)	(7.209)	(152.317)	(7.725)	(119.714)	(341.820)
Atualização monetária	44.435	132.383	68.227	14.321	-	259.366
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.396.041	1.197.471	277.608	251.684	5.135.930
Ingressos	89.660	114.783	147.021	-	20.828	372.292
Baixas por pagamento	(45.783)	-	(43.017)	-	-	(88.800)
Baixas por reversão	(12.272)	-	(40.709)	(6.889)	(5.997)	(65.867)
Atualização monetária	21.327	46.091	42.732	2.684	-	112.834
Saldos em 31.03.15	1.066.058	2.556.915	1.303.498	273.403	266.515	5.466.389
Em 31.03.15						
Circulante	124.585	-	602.127	-	-	726.712
Não circulante	941.473	2.556.915	701.371	273.403	266.515	4.739.677
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.396.041	647.794	277.608	251.684	4.461.654

- (a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011.
- (b) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

17.1) Provisões e Contingências Trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos	
	Controladora / Consolidado	
	31.03.15	31.12.14
Provisões prováveis	1.066.058	1.013.126
Contingências possíveis	230.415	229.715

Notas Explicativas

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex- empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex- empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

17.2) Provisões e Contingências Tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Provisões prováveis	2.540.407	2.379.898	2.556.915	2.396.041
Federais	2.461.041	2.302.029	2.477.549	2.318.172
Estaduais	62.263	61.134	62.263	61.134
Municipais	17.103	16.735	17.103	16.735
Contingências possíveis	21.813.057	21.186.885	22.035.543	21.401.796
Federais	4.765.483	4.973.141	4.774.684	4.981.909
Estaduais	10.211.589	9.805.466	10.338.296	9.930.020
Municipais	657.375	658.468	658.787	660.084
ANATEL	6.178.610	5.749.810	6.263.776	5.829.783

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

A Companhia ou Controlada mantém discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) compensação de FINSOCIAL; (xi) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xii) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xiv) Imposto sobre ILL.

Em 31 de março de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.477.549 (R\$2.318.172 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Tributos Estaduais

A Companhia ou Controlada mantém discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) multa administrativa ambiental; (v) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; e (vi) *cobilling*.

Em 31 de março de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$62.263 (R\$61.134 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Municipais

A Companhia ou Controlada mantém diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas à (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização ("TVCF").

Em 31 de março de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$17.103 (R\$16.735 em 31 de dezembro de 2014).

Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser", SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional ("STN") (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; e (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo S.A. e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree e TDBH.

Em 31 de março de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.774.684 (R\$4.981.909 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Estaduais

A Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Notas Explicativas

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo pela concessão de descontos condicionais; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) sobre assinatura; e (xxv) sobre serviços não medidos.

Em 31 de março de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$10.338.296 (R\$9.930.020 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Municipais

A Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional; (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 31 de março de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$658.787 (R\$660.084 em 31 de dezembro de 2014).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de março de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$3.205.385 (R\$3.139.254 em 31 de dezembro de 2014).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

A Companhia e Controlada mantém ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$814.720 (R\$716.369 em 31 de dezembro de 2014).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 31 de março de 2015, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.238.349 (R\$1.971.290 em 31 de dezembro de 2014), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 31 de março de 2015, o valor consolidado envolvido totalizava R\$5.322 (R\$2.870 em 31 de dezembro de 2014).

17.3) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos	
	Controladora / Consolidado	
	31.03.15	31.12.14
Provisões prováveis	1.303.498	1.197.471
Cíveis	837.543	772.658
Regulatórias	465.955	424.813
Contingências possíveis	4.723.335	4.484.947
Cíveis	2.052.871	1.873.607
Regulatórias	2.670.464	2.611.340

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de março de 2015 o montante consolidado provisionado era de R\$152.818 (R\$138.654 em 31 de dezembro de 2014).
- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de março de 2015 o montante consolidado provisionado era de R\$352.262 (R\$325.571 em 31 de dezembro de 2014).
- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$332.463 (R\$308.433 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de março de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$465.955 (R\$424.813 em 31 de dezembro de 2014).

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia ("PCT"), que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$358.390 em 31 de março de 2015 (R\$336.758 em 31 de dezembro de 2014). O Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em apertada síntese, restabelecimento ao "*status quo*" anterior. O processo está ainda em fase recursal, em fase de decisão de 2º grau que modificou sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, depois de decorrido o prazo de 1 ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$1.683.042 (R\$1.525.908 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor ("SAC"). Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de março de 2015 um montante consolidado de R\$11.439 (R\$10.941 em 31 de dezembro de 2014).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas tem a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de março de 2015 no montante consolidado de R\$2.670.464 (R\$2.611.340 em 31 de dezembro de 2014).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

17.4) Garantias

A Companhia e Controlada concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Em 31.03.15			Em 31.12.14		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	131.491	4.922.853	2.581.801	130.000	4.745.225	2.537.608
Total	131.491	4.922.853	2.581.801	130.000	4.745.225	2.537.608

Em 31 de dezembro de 2014, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e Controlada possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$70.235 (R\$64.899 em 31 de dezembro de 2014).

18) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Serviços e mercadorias (a)	688.321	764.791	688.321	764.791
Alienação de ativos imobilizados (b)	123.461	124.247	123.461	124.247
Receita de habilitação (c)	91.518	91.954	119.260	106.209
Programa de fidelização (d)	93.918	92.670	93.918	92.670
Subvenções governamentais (e)	74.563	77.113	74.563	77.113
Doações de equipamentos (f)	8.808	8.947	8.808	8.947
Outras receitas (g)	25.071	25.824	25.071	25.824
Total	1.105.660	1.185.546	1.133.402	1.199.801
Circulante	656.473	704.589	682.825	717.019
Não circulante	449.187	480.957	450.577	482.782

- (a) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui o montante do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus usuários.
- (b) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (c) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
- (d) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (e) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicação em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- (g) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

Notas Explicativas

19) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

a) Composição

Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Controladora / Consolidado								
			Informações em 31 de março de 2015			31.03.15			31.12.14		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total			
Moeda Local			1.347.715	5.033.682	6.381.397	1.445.347	5.116.491	6.561.838			
Empréstimos e Financiamentos			568.972	1.402.637	1.971.609	665.848	1.498.983	2.164.831			
Financiamento – BNDES	URTJLP	TJLP+ 0 a 9%	407.142	1.161.824	1.568.966	510.323	1.224.052	1.734.375			
Financiamento – BNDES	BRL	2,5 a 8,7%	96.975	202.994	299.969	87.495	220.903	308.398			
Financiamento – BNB	BRL	10,00%	64.855	37.819	102.674	68.030	54.028	122.058			
Arrendamento Financeiro	RS	31/08/33	20.964	215.094	236.058	24.452	205.892	230.344			
Debêntures			757.779	3.415.951	4.173.730	755.047	3.411.616	4.166.663			
4ª emissão – Série 2	RS	106,8% do CDI	675.408	-	675.408	655.738	-	655.738			
4ª emissão – Série 3	RS	IPCA+4,00%	597	31.856	32.453	270	30.915	31.185			
1ª emissão – Minas Comunica	RS	IPCA+0,50%	-	85.456	85.456	-	82.186	82.186			
3ª emissão	RS	100% do CDI + 0,75	15.077	1.999.486	2.014.563	71.825	1.999.433	2.071.258			
4ª emissão	RS	100% do CDI + 0,68	66.697	1.299.153	1.365.850	27.214	1.299.082	1.326.296			
Moeda Estrangeira			131.214	470.933	602.147	819.171	418.251	1.237.422			
Empréstimos e Financiamentos			131.214	470.933	602.147	819.171	418.251	1.237.422			
Empréstimos – BEI	US\$		-	-	-	716.963	-	716.963			
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	131.214	470.933	602.147	101.933	418.251	520.184			
Comissão BBVA	RS		-	-	-	275	-	275			
Total			1.478.929	5.504.615	6.983.544	2.264.518	5.534.742	7.799.260			
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro			721.150	2.088.664	2.809.814	1.509.471	2.123.126	3.632.597			
Debêntures			757.779	3.415.951	4.173.730	755.047	3.411.616	4.166.663			
Total			1.478.929	5.504.615	6.983.544	2.264.518	5.534.742	7.799.260			

- (a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

b) Empréstimos e Financiamentos

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

- Em 23 de outubro de 2007, foi aprovado um crédito de R\$2.034.717, sendo o subcrédito “A” no valor de R\$1.926.309 (TJLP + 3,73% a.a.) e o subcrédito “B” no valor de R\$108.408 (TJLP + 1,73% a.a.), prazo total de 8 anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de maio de 2010. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES e teve como finalidade o financiamento de investimentos de produtos e serviços de produção nacional.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2015 era de R\$68.212 (R\$170.536 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 14 de outubro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$3.031.110, readequada em 2013 para R\$2.152.098, sendo o subcrédito “A” no valor de R\$1.360.455 (TJLP + 3,38% a.a.), subcrédito “B” no valor de R\$406.206 (UMBND + 2,38% a.a.), subcrédito “C” no valor de R\$282.149 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito “D” no valor de R\$80.948 (TJLP + 4,08% a.a.) e o subcrédito “E” no valor de R\$22.340 (TJLP), prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de julho de 2014. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, para contemplar novas negociações de linhas e modalidades de crédito com o banco. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia e os recursos foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

Notas Explicativas

Como dois dos cinco subcréditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48% a.a.), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 31 de março de 2015 de R\$12.686 (R\$13.517 em 31 de dezembro de 2014), nota 18.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2015 era de R\$2.101.682 (R\$2.049.346 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no montante de até R\$319.927, com taxas de 4,5% e 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de março de 2012, após um período de 2 anos de carência. Estes recursos foram obtidos através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 31 de março de 2015 de R\$12.331 (R\$13.614 em 31 de dezembro de 2014), nota 18.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2015 era de R\$105.947 (R\$110.456 em 31 de dezembro de 2014).

- Entre 24 de novembro de 2010 e 31 de março de 2011, foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R\$29.066, com taxas de 5,5% a.a., TJLP + 5,7% a.a. e TJLP + 9,0% a.a., prazo total de 5 anos, com pagamento de principal em 48 prestações mensais e sucessivas desde 15 de janeiro de 2012, após um período de 1 ano de carência. Em 15 de dezembro de 2011, foram aprovados R\$11.097, com taxas de 5,0% a.a. e 8,7% a.a., prazo total de 36 meses, com pagamento de principal em 30 prestações mensais e sucessivas até a liquidação ocorrida em 15 de março de 2015. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R\$9.493, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal que foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. A totalidade destas linhas de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em um saldo até 31 de março de 2015 de R\$532 (R\$826 em 31 de dezembro de 2014), nota 18.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2015 era de R\$8.998 (R\$12.863 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R\$5.417, readequada posteriormente para R\$2.262, com taxa de 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de fevereiro de 2013, após um período de 2 anos de carência, através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 31 de março de 2015 em R\$231 (R\$242 em 31 de dezembro de 2014), nota 18.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2015 era de R\$1.422 (R\$1.724 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento nos montantes de R\$21.783 e R\$331.698, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que são liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 31 de março de 2015, foram liberados R\$225.043 (R\$212.887 em 31 de dezembro de 2014).

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 31 de março de 2015 em R\$31.610 (R\$31.286 em 31 de dezembro de 2014), nota 18.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2015 era de R\$181.482 (R\$213.985 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal, que foram liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (3,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 31 de março de 2015 em R\$708 (R\$737 em 31 de dezembro de 2014), nota 18.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2015 era de R\$3.339 (R\$4.047 em 31 de dezembro de 2014).

Banco Europeu de Investimentos ("BEI")

Em 31 de outubro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento no montante de €250 milhões (equivalente a US\$365 milhões na data da contratação), com taxas de 4,18% e 4,47% a.a., prazo total de 7 anos com pagamento do principal em duas prestações. A primeira parcela de R\$272.460 foi paga em 19 de dezembro de 2014 e a segunda parcela foi paga em 2 de março de 2015. Os juros foram cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato possuía uma operação de *swap* atrelada que transformava o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI e que também foi liquidada de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R\$716.963.

Banco do Nordeste ("BNB")

Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R\$247.240 e R\$389.000, respectivamente, com taxa de 10% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamento do principal em 78 e 72 parcelas, respectivamente, após o prazo de 2 anos de carência. Em 29 de janeiro de 2015, foi liquidada a primeira linha de financiamento. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste.

O saldo deste contrato em 31 de março de 2015 era de R\$102.674 (R\$122.058 em 31 de dezembro de 2014).

c) Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Notas Explicativas

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, relacionados a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão associados à rede de transmissão de energia, interligando cidades nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora/Consolidado	
	31.03.15	31.12.14
Valor nominal a pagar	660.228	653.240
Despesa financeira não realizada	(424.170)	(422.896)
Valor presente a pagar	236.058	230.344
Circulante	20.964	24.452
Não circulante	215.094	205.892

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 31 de março de 2015:

	Controladora/Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	22.913	20.964
Mais de um ano até cinco anos	108.262	74.072
Mais de cinco anos	529.053	141.022
Total	660.228	236.058

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

d) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Debêntures 1ª Emissão – Minas Comunica

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38 seria viabilizado.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico foram emitidas: (i) 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210, pelo atendimento a 15 localidades; (ii) 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390, pelo atendimento a 42 localidades; e (iii) 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, pelo atendimento a 77 localidades, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais. Trata-se de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Notas Explicativas

O saldo em 31 de março de 2015 era de R\$85.456 (R\$82.186 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 4ª Emissão – Séries 1, 2 e 3

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do seu capital de giro.

1ª Série: Foram emitidas 98.000 debêntures na 1ª série. Considerando a não aprovação das condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 1ª Série, a Companhia, conforme condições previstas na Escritura, exerceu seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 1ª série em 14 de novembro de 2014, para posterior cancelamento, no valor de R\$93.150.

2ª Série: Foram emitidas 640.000 debêntures na 2ª série. Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 2ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

3ª Série: Foram emitidas 72.000 debêntures na 3ª série. Em 15 de outubro de 2014, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 3ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de setembro de 2014. O valor total repactuado foi de R\$31.489, sendo que a Companhia resgatou as debêntures dos titulares dissidentes no valor de R\$64.755 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

O saldo em 31 de março de 2015 era de R\$707.861 (R\$686.923 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando o montante de R\$2 bilhões.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (especificamente para liquidar o preço da autorização do leilão 4G) e para a manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de março de 2015 era de R\$514 (R\$567 em 31 de dezembro de 2014), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

O saldo, líquido dos custos de transação, em 31 de março de 2015 era de R\$2.014.563 (R\$2.071.258 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Debêntures 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor de R\$1,3 bilhão.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$10.000,00. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,68% ao ano, base de 252 dias úteis.

Os custos de transação associados a esta emissão em 31 de março de 2015 eram de R\$847 (R\$918 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo, líquido dos custos de transação, em 31 de março de 2015 era de R\$1.365.850 (R\$1.326.296 em 31 de dezembro de 2014).

e) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures em 31 de março de 2015 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora / Consolidado</u>			<u>Total</u>
	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Arrendamento financeiro</u>	
2016	459.645	-	15.283	474.928
2017	578.936	1.998.744	19.255	2.596.935
2018	521.850	1.343.726	18.228	1.883.804
2019	312.112	45.731	17.217	375.060
2020	1.027	13.875	16.238	31.140
2021 em diante	-	13.875	128.873	142.748
Total	1.873.570	3.415.951	215.094	5.504.615

f) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 19b) e 19d), respectivamente, que possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Parte dos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de março de 2015 era de R\$2.169.894 (R\$2.252.924 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, séries 1, 2 e 3, cujo saldo em 31 de março de 2015 era de R\$707.861 (R\$686.923 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 3ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de março de 2015 era de R\$2.014.563 (R\$2.071.256 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

Notas Explicativas

As debêntures da 4ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de março de 2015 era de R\$1.365.850 (R\$1.326.296 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures do Programa Minas Comunica, cujo saldo em 31 de março de 2015 era de R\$85.456 (R\$82.186 em 31 de dezembro de 2014), possuem cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

g) Garantias

Em 31 de março de 2015, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme quadro a seguir:

<u>Credores</u>	<u>Saldo do empréstimo / financiamento</u>	<u>Garantias</u>
BNDES	R\$1.568.966 (URTJLP) R\$602.147 (UMBND) R\$299.969 (PSI)	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato (2011) R\$2.101.682: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior e Contrato (2007) R\$68.212: Garantia pela SP Telecomunicações Participações Ltda. • Contrato (PSI) R\$301.188: alienação dos ativos financiados.
BNB	R\$102.674	<ul style="list-style-type: none"> • Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$29.336 e R\$60.454 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

Notas Explicativas

h) Movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro.

	Controladora / Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total
Saldo em 31.12.13	4.233.062	4.301.615	218.878	8.753.555
Ingressos	87.422	-	-	87.422
Subvenção governamental (nota 18)	(16.123)	-	-	(16.123)
Encargos financeiros	67.944	110.741	4.222	182.907
Custos de emissão	-	140	-	140
Atualização monetária e cambial	(46.346)	-	-	(46.346)
Baixas (pagamentos)	(294.737)	(100.150)	(4.024)	(398.911)
Saldo em 31.03.14	4.031.222	4.312.346	219.076	8.562.644
Ingressos	199.662	31.489	8.269	239.420
Subvenção governamental (nota 18)	(16.230)	-	-	(16.230)
Encargos financeiros	177.092	354.474	18.728	550.294
Custos de emissão	-	409	-	409
Atualização monetária e cambial	230.501	-	-	230.501
Baixas (pagamentos)	(1.219.994)	(532.055)	(15.729)	(1.767.778)
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	7.799.260
Ingressos	12.157	-	1.395	13.552
Subvenção governamental (nota 18)	(1.548)	-	-	(1.548)
Encargos financeiros	79.250	124.795	9.850	213.895
Custos de emissão	-	124	-	124
Atualização monetária e cambial	172.385	-	-	172.385
Baixas (pagamentos)	(1.090.741)	(117.852)	(5.531)	(1.214.124)
Saldo em 31.03.15	2.573.756	4.173.730	236.058	6.983.544

20) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Licenças de autorização (a)	1.215.520	1.178.978	1.215.520	1.178.978
Grupamento e fracionamento de ações (b)	388.934	388.975	388.934	388.975
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	325.149	296.961	135.263	119.803
Ônus de renovação de licenças (c)	317.971	275.839	317.971	275.839
Retenções de terceiros	133.698	202.390	135.431	204.227
Valores a restituir a assinantes	47.963	41.260	50.238	43.445
Outras obrigações	51.379	46.258	55.402	70.141
Total	2.480.614	2.430.661	2.298.759	2.281.408
Circulante	1.460.052	1.442.724	1.309.078	1.322.616
Não circulante	1.020.562	987.937	989.681	958.792

(a) Refere-se à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão constituirão em até 90 dias, a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV ("EAD"), a qual será responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 4 parcelas anuais corrigidas pelo IGP-DI.

(b) Refere-se ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes de processos de grupamento e fracionamento das ações do capital social da Companhia e de sociedades incorporadas.

(c) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP (nota 1b).

21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social realizado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Notas Explicativas

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Telefônica Internacional S.A.	28.859.918	7,58%	271.707.098	36,63%	300.567.016	26,77%
Telefônica S.A.	97.976.194	25,69%	179.862.845	24,24%	277.839.039	24,73%
SP Telecomunicações Participações Ltda	222.595.149	58,37%	29.042.853	3,91%	251.638.002	22,40%
Telefônica Chile S.A.	696.110	0,18%	11.792	0,00%	707.902	0,06%
Total de empresas do grupo	350.127.371	91,82%	480.624.588	64,78%	830.751.959	73,96%
Outros acionistas	31.208.300	8,18%	261.308.985	35,22%	292.517.285	26,04%
Total de ações em circulação	381.335.671	100,00%	741.933.573	100,00%	1.123.269.244	100,00%

Valor Patrimonial por ação em circulação:

Em 31.03.15	R\$	38,44
Em 31.12.14	R\$	40,02

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de novembro de 2014, foi aprovado o aumento do limite do capital autorizado da Companhia em 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, passando tal limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações para 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; artigo 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

b) Prêmio na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$70.448.

c) Reservas de Capital

c.1) Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$63.074.

c.2) Outras Reservas de Capital

Representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

Notas Explicativas

Em 12 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sendo 251.440 ações ordinárias e 2.081.246 ações preferenciais, no montante de R\$112.107.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2015 era de R\$2.623.823 (R\$2.735.930 em 31 de dezembro de 2014).

c.3) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: (i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); (ii) de incorporação das ações da Vivo Participações (ocorrido em 2011); e (iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais.

Em 12 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sendo 251.440 ações ordinárias e 2.081.246 ações preferenciais.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 era de R\$112.107.

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$1.532.630.

d.2) Reserva para Incentivos Fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos a ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP.

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2015 era de R\$2.275 (R\$1.849 em 31 de dezembro de 2014).

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

e.1) Dividendos Intermediários e Propostos

Em 30 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a destinação de dividendos intermediários no montante de R\$2.750.000, com base nos lucros existentes do balanço de 31 de dezembro de 2014, equivalente a R\$2,296522661346 por ação ordinária e R\$2,526174927480 por ação preferencial.

O pagamento destes dividendos intermediários será realizado até o final do exercício de 2015, em data a ser definida pela Diretoria, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 10 de fevereiro de 2015, inclusive.

O saldo desta rubrica em 31 de março de 2015 era de R\$18.592 (R\$2.768.592 em 31 de dezembro de 2014).

e.2) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Notas Explicativas

f. Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Operações com derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquidos dos tributos:

	Consolidado			
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.13	(2.658)	6.610	12.897	16.849
Variação cambial	-	-	855	855
Ingressos de contratos futuros	-	1.341	-	1.341
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(2.763)	-	-	(2.763)
Saldos em 31.03.14	(5.421)	7.951	13.752	16.282
Variação cambial	-	-	(1.406)	(1.406)
Ingressos de contratos futuros	-	219.870	-	219.870
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(2.281)	-	-	(2.281)
Saldos em 31.12.14	(7.702)	227.821	12.346	232.465
Variação cambial	-	-	4.787	4.787
Ingressos de contratos futuros	-	399.652	-	399.652
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(653)	-	-	(653)
Saldos em 31.03.15	(8.355)	627.473	17.133	636.251

22) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014
Serviços de telefonia	6.382.283	6.558.317	6.382.271	6.558.304
Uso de rede e interconexão	572.324	786.932	572.324	786.932
Dados e SVAs	4.516.783	3.899.967	5.071.917	4.318.705
Serviços de TV	194.491	157.982	194.491	157.982
Outros serviços (a)	234.636	244.249	293.699	303.980
Venda de mercadorias e aparelhos	864.580	818.907	921.229	862.603
Receita operacional bruta	12.765.097	12.466.354	13.435.931	12.988.506
Tributos	(3.127.899)	(2.995.997)	(3.235.586)	(3.098.334)
Descontos concedidos e devoluções de mercadorias	(1.215.917)	(1.276.308)	(1.217.267)	(1.278.242)
Deduções da receita operacional bruta	(4.343.816)	(4.272.305)	(4.452.853)	(4.376.576)
Receita operacional líquida	8.421.281	8.194.049	8.983.078	8.611.930

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 foram de R\$42.605 e R\$35.185, respectivamente (nota 23).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

23) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	1º Trimestre de 2015				1º Trimestre de 2014			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(116.968)	(417.252)	(99.752)	(633.972)	(107.810)	(370.667)	(124.557)	(603.034)
Serviços de terceiros	(922.603)	(1.436.396)	(194.620)	(2.553.619)	(815.644)	(1.402.172)	(172.887)	(2.390.703)
Interconexão e uso de rede	(694.020)	-	-	(694.020)	(873.060)	-	-	(873.060)
Publicidade e propaganda	-	(203.066)	-	(203.066)	-	(203.035)	-	(203.035)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(432.614)	(36.282)	(44.119)	(513.015)	(368.247)	(30.603)	(49.331)	(448.181)
Impostos, taxas e contribuições	(467.554)	(928)	3.363	(465.119)	(431.246)	(719)	(27.377)	(459.342)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(304.662)	-	(304.662)	-	(196.448)	-	(196.448)
Depreciação e amortização	(1.085.836)	(227.617)	(85.546)	(1.398.999)	(1.100.806)	(234.193)	(103.698)	(1.438.697)
Custo das mercadorias vendidas	(549.956)	-	-	(549.956)	(488.099)	-	-	(488.099)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(19.411)	(55.960)	(367)	(75.738)	(10.288)	(45.660)	(9.601)	(65.549)
Total	(4.288.962)	(2.682.163)	(421.041)	(7.392.166)	(4.195.200)	(2.483.497)	(487.451)	(7.166.148)

	Consolidado							
	1º Trimestre de 2015				1º Trimestre de 2014			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(122.222)	(418.246)	(100.165)	(640.633)	(114.023)	(370.667)	(124.564)	(609.254)
Serviços de terceiros	(1.119.085)	(1.442.092)	(202.251)	(2.763.428)	(983.025)	(1.417.276)	(173.215)	(2.573.516)
Interconexão e uso de rede	(695.410)	-	-	(695.410)	(864.764)	-	-	(864.764)
Publicidade e propaganda	-	(203.066)	-	(203.066)	-	(203.035)	-	(203.035)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(434.158)	(36.282)	(44.115)	(514.555)	(369.564)	(30.603)	(49.348)	(449.515)
Impostos, taxas e contribuições	(472.654)	(928)	2.676	(470.906)	(436.215)	(719)	(27.476)	(464.410)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(324.415)	-	(324.415)	-	(207.860)	-	(207.860)
Depreciação e amortização	(1.091.912)	(227.617)	(85.598)	(1.405.127)	(1.105.596)	(234.193)	(103.765)	(1.443.554)
Custo das mercadorias vendidas	(580.792)	-	-	(580.792)	(511.843)	-	-	(511.843)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(20.607)	(56.000)	(367)	(76.974)	(11.314)	(45.660)	(9.601)	(66.575)
Total	(4.536.840)	(2.708.646)	(429.820)	(7.675.306)	(4.396.344)	(2.510.013)	(487.969)	(7.394.326)

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 foram de R\$42.605 e R\$35.185, respectivamente (nota 22).

24) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014
Multas e despesas recuperadas	85.761	93.694	86.119	108.816
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(215.475)	(195.240)	(215.476)	(195.970)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	(12.940)	(12.886)	(11.971)	(14.546)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.526)	3.663	(2.810)	3.385
Total	(145.180)	(110.769)	(144.138)	(98.315)
Outras receitas operacionais	112.774	114.176	113.826	129.296
Outras despesas operacionais	(257.954)	(224.945)	(257.964)	(227.611)
Total	(145.180)	(110.769)	(144.138)	(98.315)

25) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014
Receitas de aplicações financeiras	92.345	149.708	117.591	160.431
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	19.477	32.783	20.486	32.861
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(213.895)	(182.907)	(213.895)	(182.907)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(172.385)	46.346	(172.385)	46.346
Ganho (perdas) com operações com derivativos	157.700	(72.951)	157.700	(72.951)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(40.169)	(52.671)	(40.754)	(53.107)
Outras receitas (despesas) com variações cambiais e monetárias	(49.461)	(21.067)	(50.726)	(20.213)
Outras despesas (receitas) financeiras	(41.568)	(4.173)	(35.869)	1.210
Resultado financeiro, líquido	(247.956)	(104.932)	(217.852)	(88.330)
Receitas financeiras	371.702	300.976	398.958	317.672
Despesas financeiras	(619.658)	(405.908)	(616.810)	(406.002)
Total	(247.956)	(104.932)	(217.852)	(88.330)

Notas Explicativas

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e Controlada provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das ITRs são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014.

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014
Lucro antes dos tributos	840.429	957.635	946.014	1.031.964
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social	(285.746)	(325.596)	(321.645)	(350.868)
<u>Diferenças permanentes e temporárias</u>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	69.513	49.448	79	342
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e juros sobre o capital próprio recebidos	(50.990)	(26.089)	(51.700)	(26.089)
Outras (adições) exclusões	6.513	5.372	6.971	5.421
Despesa tributária	(260.710)	(296.865)	(366.295)	(371.194)
Taxa efetiva	31%	31%	39%	36%
IRPJ e CSLL corrente	(298.371)	(234.369)	(390.600)	(296.575)
IRPJ e CSLL diferido	37.661	(62.496)	24.305	(74.619)

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 6.2.

27) RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das ITRs consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014:

	Controladora	
	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	579.719	660.770
Ordinárias	184.613	210.424
Preferenciais	395.106	450.346
Número de Ações:	1.123.269	1.123.269
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	381.335	381.335
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	741.934	741.934
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	0,48	0,55
Ações preferenciais	0,53	0,61

28) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

Notas Explicativas

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo da Telefónica;
- b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- c) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefónica Engenharia e Segurança do Brasil;
- d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- e) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, prestados pela Telefónica Global Technology;
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- g) Gestão de Projetos Telecom (*Outsourcing Telecom*) - Contrato *Professional Services*, prestados pela Telefónica Serviços Empresariais do Brasil
- h) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*, prestados pela Telefónica Transportes e Logística;
- i) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz, prestados pela Terra Networks Brasil;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- l) Reembolso de despesas (provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos), pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica.
- n) Plano de ações aos empregados da Companhia e TData, vinculado a aquisição de ações da empresa Telefónica;
- o) *Cost Sharing Agreement (CSA)* reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Internacional;
- p) Aluguel de prédios próprios onde está instalada a Telefónica Serviços Empresariais do Brasil e Telefónica Transportes e Logística;

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Notas Explicativas

		Balanco Patrimonial - Ativo					
		Em 31.03.15			Em 31.12.14		
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Ativo circulante		Ativo não circulante
Natureza da transação	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	l)	82	12.826	4.537	71	12.798	4.082
Telefônica Internacional	l)	-	24.445	13.264	-	877	13.264
Telefônica	l)	-	2.344	-	-	2.339	-
		82	39.615	17.801	71	16.014	17.346
Outras empresas do grupo							
Telefônica USA	f) / j)	3.669	-	-	4.114	-	-
Telefônica Chile	k)	-	680	-	-	2.506	-
Telefônica de Espanha	k)	-	-	-	-	-	-
Telefônica Peru	k)	670	-	-	485	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / d) / l)	657	569	350	602	608	350
Telefônica International Wholesale Services Brasil	a) / d)	9.444	172	76	5.633	476	76
Telefônica International Wholesale Services Espanha	j)	87.852	-	-	60.696	-	-
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	12.128	-	-	6.464	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / l) / p)	3.634	907	611	2.889	517	743
Telefônica Transportes e Logística	a) / d) / l) / p)	631	186	103	678	169	84
Terra Networks Brasil	a) / d) / l)	4.637	7.436	63	4.483	7.434	19
Telefônica Global Technology	l)	1.588	6.499	-	1.315	6.458	-
Telefônica Digital Espanha	l)	-	-	-	-	-	15.921
Media Networks Latina America SAC	b)	-	-	-	-	-	-
Outras	a) / d) / k) / l)	44.204	4.339	776	27.618	4.059	262
		169.114	20.788	1.979	114.977	22.227	17.455
Total		169.196	60.403	19.780	115.048	38.241	34.801

		Balanco Patrimonial - Passivo					
		Em 31.03.15			Em 31.12.14		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	3.664	2.062	8.006	3.759	2.062	6.029
Telefônica Internacional	l) / o)	62.489	-	-	59.069	-	-
Telefônica	m) / n)	522	94.075	13.538	271	86.081	13.522
		66.675	96.137	21.544	63.099	88.143	19.551
Outras empresas do grupo							
Telefônica USA	f)	3.330	74	166	-	77	137
Telefônica Peru	k)	677	-	-	553	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	c)	3.821	-	8	3.281	-	8
Telefônica International Wholesale Services Brasil	d) / f) / l)	84.865	1.521	378	67.304	1.470	378
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	13.525	11.700	-	46.271	6.638	-
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	12.502	-	-	6.859	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	g) / l)	5.561	24	491	7.000	24	560
Telefônica Transportes e Logística	h)	18.069	270	259	20.816	270	259
Terra Networks Brasil	i)	5.114	78	769	2.439	78	769
Telefônica Global Technology	e)	12.950	-	-	12.950	-	-
Telefônica Digital Espanha	o)	38.069	976	-	18.570	590	-
Media Networks Latina America SAC	b)	26.620	-	-	18.128	-	-
Outras	k)	43.356	254	614	31.814	237	614
		268.459	14.897	2.685	235.985	9.384	2.725
Total		335.134	111.034	24.229	299.084	97.527	22.276

Notas Explicativas

		Demonstração dos Resultados	
		1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014
<u>Empresas</u>	<u>Natureza da transação</u>	<u>Receitas (Custos e Despesas)</u>	<u>Receitas (Custos e Despesas)</u>
Controladoras			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	(214)	(5.872)
Telefónica Internacional	l) / o)	18.135	21.094
Telefónica	l) / m) / n)	(101.614)	(83.820)
		<u>(83.693)</u>	<u>(68.598)</u>
Outras empresas do grupo			
Telefónica USA	f)	1.215	483
Telefónica Chile	k)	57	(164)
Telefónica de España	k)	-	(59)
Telefónica Peru	k)	(284)	181
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / c) / d) / l)	(1.553)	(1.649)
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / l)	(63.194)	(40.988)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	17.812	(1.281)
Telefónica Mviles Del Espanha	k)	(2.425)	26
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / g) / l) / p)	(4.514)	(12.789)
Telefónica Transportes e Logística	a) / d) / h) / l) / p)	(17.095)	(21.483)
Terra Networks Brasil	a) / d) / l) / i)	425	2.003
Telefónica Global Technology	e) / l)	(6.071)	(20.351)
Telefónica Digital España	l) / o)	(20.226)	(3.446)
Media Networks Latina America SAC	b)	(8.943)	(13.857)
Outras	a) / d) / k) / l)	(14.855)	33.794
		<u>(119.651)</u>	<u>(79.580)</u>
Total		<u>(203.344)</u>	<u>(148.178)</u>

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 foi de R\$5.982 e R\$5.596, respectivamente. Destes montantes, R\$4.512 (R\$4.359 em 31 de março de 2014) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$1.470 (R\$1.237 em 31 de março de 2014) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal, de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 23).

Para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

29) SEGUROS

A política da Companhia e Controlada, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de ITRs, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de março de 2015, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$962.400 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$55.063 para responsabilidade civil geral (RCG).

30) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefónica Brasil e Controlada.

Notas Explicativas

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 31 de março de 2015 estão detalhados a seguir:

a) Plano Performance & Investment Plan (“PIP”)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return - TSR*) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Em 2014 foi aprovada a extensão deste programa por mais 3 ciclos, com duração de 3 anos cada, iniciando em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data de concessão, sendo que as ações são transferidas para os participantes se atingida a meta de TSR.

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- Ciclo 2012-2015: acontece em julho de 2015, com 122 executivos (incluindo 4 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 485.040 ações da Telefónica S.A..
- Ciclo 2013-2016: acontece em julho de 2016, com 106 executivos (incluindo 4 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 466.890 ações da Telefónica S.A..
- Ciclo 2014-2017: acontece em outubro de 2017, com 108 executivos (incluindo 4 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 498.980 ações da Telefónica S.A..

O número máximo de ações atribuído nos ciclos em aberto em 31 de março de 2015 é o seguinte:

Ciclos	Quantidade de ações iniciais	Valor unitário em Euros	Data da finalização
2º ciclo 1º de julho de 2012	485.040	9,65	30 de junho de 2015
3º ciclo 1º de julho de 2013	466.890	10,39	30 de junho de 2016
4º ciclo 1º de outubro de 2014	498.890	12,12	30 de setembro de 2017

b) Plano Talent for the Future Share Plan (“TFSP”)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Notas Explicativas

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return - TSR*) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

O número máximo de ações atribuído no primeiro ciclo em aberto em 31 de março de 2015 é o seguinte:

Ciclo	Quantidade de ações iniciais	Valor unitário em Euros	Data da finalização
1º ciclo 1º de outubro de 2014	73.500	12,12	30 de setembro de 2017

A Companhia registra as seguintes despesas de pessoal registradas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 23), referentes aos planos de remuneração baseados em ações, conforme segue:

Planos	Consolidado	
	1º Trimestre de 2015	1º Trimestre de 2014
PIP	3.274	2.467
GESP	-	603
Total	3.274	3.070

31) PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo ⁽¹⁾	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev ⁽²⁾	Telefônica Brasil
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefônica Data

⁽¹⁾ BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.

⁽²⁾ Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 32 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Financeiras da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2014.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, Debêntures, Letras financeiras e Cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros sobre o passivo atuarial líquido são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e Controlada.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de *superávits* por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e Controlada.

A seguir, demonstramos a movimentação e saldos consolidados dos planos *superavitários* e *deficitários*:

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.13	17.909	(370.351)	(352.442)
Custo do serviço corrente	(619)	(22)	(641)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	528	(9.901)	(9.373)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	815	1.321	2.136
Saldos em 31.03.14	18.633	(378.953)	(360.320)
Custo do serviço corrente	(1.940)	(67)	(2.007)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	1.583	(29.701)	(28.118)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	(265)	4.577	4.312
Efeitos em resultados abrangentes	(3.358)	(51.985)	(55.343)
Saldos em 31.12.14	14.653	(456.129)	(441.476)
Custo do serviço corrente	(670)	(20)	(690)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	446	(12.793)	(12.347)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	631	1.613	2.244
Saldos em 31.03.15	15.060	(467.329)	(452.269)

Dos montantes de planos superavitários apresentados no quadro acima, a Companhia tem registrado R\$14.918 e R\$14.515 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, nota 9.

32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Operações com Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Notas Explicativas

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura.

Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge (hedge accounting)*, o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting*.

A Companhia firmou contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira. Além disso, a Companhia contratou operações a termo de moeda estrangeira (NDF) para a cobertura do pagamento da parcela à vista, em Euros, referente a uma transação prevista altamente provável assumida no Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVT será adquirida pela Companhia, conforme o fato relevante divulgado pela Companhia em 18 de setembro de 2014.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Controladora / Consolidado					
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Efeito acumulado do valor justo	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14	Valor a receber (a pagar)	
				31.03.15	31.12.14	
Contratos de swaps						
<u>Ponta Ativa</u>						
Moeda estrangeira	21.613.755	12.427.490	23.224.292	13.530.830	1.148.064	759.118
US\$ (a) (b)	252.398	913.635	395.815	1.377.412	122.659	326.625
EUR (a) (b)	73.992	85.671	77.272	87.018	2.672	690
LIBOR US\$ (a) (b)	311.191	164.572	605.225	266.687	139.775	92.424
JPY (a) (b)	-	5.065	-	4.781	-	-
EUR (f)	20.976.174	11.258.547	22.145.980	11.794.932	882.958	339.379
Taxa Pré	9.630.591	-	9.502.013	-	91.359	-
PRÉ (f)	9.630.591	-	9.502.013	-	91.359	-
Taxa pós	1.247.760	1.182.466	1.216.235	1.125.282	20.398	2.294
CDI (a) (b)	168.411	40.799	168.313	40.925	1.928	21
TJLP (d)	1.079.349	1.141.667	1.047.922	1.084.357	18.470	2.273
Índices de inflação	441.436	217.472	470.579	231.938	7.514	5.370
IPCA (c) (e)	213.452	217.472	237.975	231.938	7.348	5.370
IGPM (g)	227.984	-	232.604	-	166	-
<u>Ponta Passiva</u>						
Taxa Pré	(20.976.174)	(11.258.547)	(21.371.638)	(11.458.807)	(108.615)	(3.254)
NDF PRÉ (f)	(20.976.174)	(11.258.547)	(21.371.638)	(11.458.807)	(108.615)	(3.254)
Taxa pós	(2.002.771)	(2.358.445)	(2.038.997)	(2.396.771)	(34.010)	(41.714)
CDI (a) (b) (c) (d) (e) (g)	(2.002.771)	(2.358.445)	(2.038.997)	(2.396.771)	(34.010)	(41.714)
Moeda estrangeira	(9.954.597)	(210.118)	(9.878.616)	(312.834)	(842)	(2.176)
US\$ (a) (b)	(168.411)	(25.444)	(166.385)	(25.935)	-	(491)
EUR (a) (b)	-	(20.102)	-	(20.247)	-	(7)
EUR (f)	(9.630.591)	-	(9.410.654)	-	-	-
LIBOR US\$ (a) (b)	(155.595)	(164.572)	(301.577)	(266.652)	(842)	(1.678)
					1.267.335	766.782
					(143.467)	(47.144)
					1.123.868	719.638

(a) Swap de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$638.372) – operações de swap contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R\$602.147).

(b) Swap de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x Dólar) (R\$28.023) – operações de swaps contratadas com vencimentos até 28 de maio de 2015, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e a receber em Dólar (valor contábil de R\$105.916 em Dólar e R\$77.353 em Euro).

(c) Swap IPCA x percentual do CDI (R\$30.712) – operações de swap contratadas com vencimentos anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$32.453).

Notas Explicativas

(d) *Swap* TJLP x CDI (R\$1.047.922) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil da dívida financeira de R\$1.123.466).

(e) *Swap* IPCA x CDI (R\$207.263) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (saldo contábil de R\$208.053).

(f) NDF EUR x R\$ e R\$ x EUR (R\$12.735.326) – operações a termo contratadas com vencimentos em 2015 com o objetivo de proteger a exposição em Euros de uma transação prevista altamente provável assumida na operação de compra da GVT. O valor exato do pagamento será baseado no balanço da GVT, após a aprovação das autoridades competentes, portanto a data de pagamento também é incerta.

(g) *Swap* IGPM x CDI (R\$232.604) – operações de *swap* contratadas com vencimentos de 2016 até 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPM em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.

A seguir detalhamos os saldos das operações com derivativos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Descrição	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Ponta Ativa				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	15.193.776	14.657.304	15.193.776	14.657.304
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	12.735.326	11.794.932	12.735.326	11.794.932
<i>Swaps</i>	301.577	266.687	301.577	266.687
<i>Fair Value Hedge</i>				
<i>Swaps</i>	2.156.873	2.595.685	2.156.873	2.595.685
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	19.219.342	230.746	19.219.342	230.746
Derivativos não designados como <i>hedge</i>				
Contrato a termo de moeda estrangeira	18.912.666	4.781	18.912.666	4.781
<i>Swaps</i>	306.676	225.965	306.676	225.965
Ativo circulante	32.642.742	13.282.083	32.642.742	13.282.083
Ativo não circulante	1.770.376	1.605.967	1.770.376	1.605.967

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Ponta Passiva				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	14.853.329	13.938.826	14.853.329	13.938.826
<i>Hedges de fluxo de caixa</i>				
Contrato a termo de moeda estrangeira	12.642.199	11.458.807	12.642.199	11.458.807
<i>Swaps</i>	164.715	174.263	164.715	174.263
<i>Fair Value Hedge</i>				
<i>Swaps</i>	2.046.415	2.305.756	2.046.415	2.305.756
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	18.435.921	229.586	18.435.921	229.586
<i>Derivativos não designados como hedge</i>				
Contrato a termo de moeda estrangeira	18.140.092	5.271	18.140.092	5.271
<i>Swaps</i>	295.829	224.315	295.829	224.315
Passivo circulante	31.742.784	12.691.155	31.742.784	12.691.155
Passivo não circulante	1.546.466	1.477.257	1.546.466	1.477.257

A seguir demonstramos a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 31 de março de 2015:

Contrato de <i>swap</i>	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em 31.03.15
	2015	2016	2017	2018 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	38.770	52.311	62.784	110.386	264.251
CDI x Moeda Estrangeira	1.928	-	-	-	1.928
<i>Forward</i>	865.701	-	-	-	865.701
TJLP x CDI	(13.818)	(9.283)	2.337	15.524	(5.240)
IPCA x CDI	(1.681)	(1.587)	(2.290)	2.786	(2.772)
Total	890.900	41.441	62.831	128.696	1.123.868

Para fins de preparação das ITRs, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de março de 2015 foi de R\$32.341 (R\$2.195 em 31 de dezembro de 2014).

O valor registrado em outros resultados abrangentes referente aos *swaps* e contratos a termo de moeda estrangeira designados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de março de 2015 foi positivo de R\$936.865 (positivo de R\$331.332 em 31 de dezembro de 2014). Essas operações de *hedge* de fluxo de caixa geraram um resultado positivo de R\$9.786 em 31 de março de 2015 (positivo de R\$19.742 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de março de 2015 e 2014, as operações com derivativos geraram resultado positivo e negativo consolidado (líquido) de R\$157.700 e R\$72.951, respectivamente (nota 25).

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

		Consolidado		
Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	77.272	96.602	115.938
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(82.988)	(103.735)	(124.482)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	5.635	7.043	8.452
	Exposição Líquida	(81)	(90)	(92)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	12.770.502	15.963.127	19.155.753
Compromisso firme em EUR	Dívida EUR (Risco valorização EUR)	(12.770.502)	(15.963.127)	(19.155.753)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(105.294)	(131.642)	(157.902)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(334.684)	(418.355)	(502.027)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	437.806	547.257	656.709
	Exposição Líquida	(2.172)	(2.740)	(3.220)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	237.975	259.807	285.655
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(238.191)	(260.043)	(285.914)
	Exposição Líquida	(216)	(236)	(259)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	229.226	234.809	240.652
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(229.226)	(234.809)	(240.652)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	638.372	810.341	987.709
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(636.663)	(808.130)	(984.964)
	Exposição Líquida	1.709	2.211	2.745
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	1.047.968	1.101.413	1.160.236
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(1.048.010)	(1.101.460)	(1.160.288)
	Exposição Líquida	(42)	(47)	(52)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(11.830.756)	(11.830.877)	(11.830.995)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(239.579)	(239.656)	(239.726)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(233.772)	(233.772)	(233.772)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(383.041)	(388.114)	(392.699)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(1.053.162)	(1.054.272)	(1.055.292)
	Exposição líquida	(13.740.310)	(13.746.691)	(13.752.484)
Exposição líquida total em cada cenário		(13.741.112)	(13.747.593)	(13.753.362)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(6.481)	(12.250)

Notas Explicativas

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
USD	3,2080	4,0100	4,8120
EUR	3,4515	4,3144	5,1772
JPY	0,0268	0,0334	0,0401
IPCA	8,13%	10,16%	12,19%
IGPM	3,16%	3,95%	4,74%
IGP-DI	3,46%	4,33%	5,19%
UMBND	0,0626	0,0782	0,0939
URTJLP	1,9741	2,4676	2,9611
CDI	12,60%	15,75%	18,90%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia procedeu uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Controladora						
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Empréstimos e recebíveis		2.132.198	3.835.304	2.132.198	3.835.304
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		6.411.415	6.470.764	6.411.415	6.470.764
	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	11.027	2.218	11.027	2.218
Operações com derivativos (nota 32)	Cobertura	Nível 2	1.016.534	611.721	1.016.534	611.721
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		183.785	190.288	183.785	190.288
Participações societárias (nota 10)	Disponível para venda	Nível 1	1.653.262	1.445.014	1.653.262	1.445.014
Operações com derivativos (nota 32)	Cobertura	Nível 2	239.774	152.843	239.774	152.843
Total de ativos financeiros			11.647.995	12.708.152	11.647.995	12.708.152

Notas Explicativas

Controladora						
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Circulante						
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado		6.786.193	7.675.632	6.786.193	7.675.632
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 19)	Custo amortizado		721.150	1.509.471	1.209.331	1.646.869
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		757.779	755.047	1.089.535	1.053.265
Operações com derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	14	568	14	568
Operações com derivativos (nota 32)	Cobertura	Nível 2	127.589	22.443	127.589	22.443
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 19)	Custo amortizado		2.088.664	2.123.126	1.879.973	1.899.755
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		3.415.951	3.411.616	3.063.296	3.077.269
Operações com derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.334	-	1.334	-
Operações com derivativos (nota 32)	Cobertura	Nível 2	14.530	24.133	14.530	24.133
Total de passivos financeiros			13.913.204	15.522.036	14.171.795	15.399.934

Consolidado						
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Empréstimos e recebíveis		3.212.154	4.692.689	3.212.154	4.692.689
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		6.667.465	6.724.061	6.667.465	6.724.061
Operações com derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	11.027	2.218	11.027	2.218
Operações com derivativos (nota 32)	Cobertura	Nível 2	1.016.534	611.721	1.016.534	611.721
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		294.131	299.405	294.131	299.405
Participações societárias (nota 10)	Disponível para venda	Nível 1	83.835	79.805	83.835	79.805
Operações com derivativos (nota 32)	Cobertura	Nível 2	239.774	152.843	239.774	152.843
Total de ativos financeiros			11.524.920	12.562.742	11.524.920	12.562.742

Consolidado						
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.03.15	31.12.14	31.03.15	31.12.14
Circulante						
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado		6.823.158	7.641.191	6.823.158	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 19)	Custo amortizado		721.150	1.509.471	1.209.331	1.646.869
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		757.779	755.047	1.089.535	1.053.265
Operações com derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	14	568	14	568
Operações com derivativos (nota 32)	Cobertura	Nível 2	127.589	22.443	127.589	22.443
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 19)	Custo amortizado		2.088.664	2.123.126	1.879.973	1.899.755
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado		3.415.951	3.411.616	3.063.296	3.077.269
Operações com derivativos (nota 32)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.334	-	1.334	-
Operações com derivativos (nota 32)	Cobertura	Nível 2	14.530	24.133	14.530	24.133
Total de passivos financeiros			13.950.169	15.487.595	14.208.760	15.365.493

c) Gestão de Capital e Política de Gestão de Riscos

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o trimestre findo em 31 de março de 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Notas Explicativas

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e operações com derivativos (nota 19), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 3) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.03.15	31.12.14
Caixa e equivalentes de caixa	3.212.154	4.692.689
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e operações com derivativos (líquidos de aplicações financeiras em garantia à dívida)	(5.830.340)	(7.019.168)
Endividamento líquido	2.618.186	2.326.479
Patrimônio líquido	43.183.600	44.950.095
Índice de endividamento líquido	6,06%	5,18%

Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2015, 8,6% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (15,9% em 31 de dezembro de 2014). A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$602.147 e R\$1.237.422 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$33.016 mil e €22.412 mil a pagar em 31 de março de 2015 e US\$29.676 mil e €20.700 mil a pagar em 31 de dezembro de 2014) para minimizar seus riscos cambiais.

b) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que, no mês de março de 2015, decidiu aumentar para 6,00% ao ano de 1º de abril até 30 de junho de 2015. A alta da TJLP foi de 0,50 ponto porcentual em relação à taxa que vigorava, de 5,50% ao ano.

Notas Explicativas

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$3.138.075 (R\$4.628.679 em 31 de dezembro de 2014), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 19, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, demonstramos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 31 de março de 2015	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 14)	6.823.158	-	-	-	6.823.158
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 19)	721.150	622.943	1.324.700	141.021	2.809.814
Debêntures (nota 19)	757.779	-	3.388.201	27.750	4.173.730
Operações com derivativos (nota 32)	127.603	9.560	4.274	2.030	143.467
Total	8.429.690	632.503	4.717.175	170.801	13.950.169

Em 31 de dezembro de 2014	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 14)	7.641.191	-	-	-	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 19)	1.509.471	602.892	1.401.595	118.639	3.632.597
Debêntures (nota 19)	755.047	-	3.397.741	13.875	4.166.663
Operações com derivativos (nota 32)	23.011	11.617	8.560	3.956	47.144
Total	9.928.720	614.509	4.807.896	136.470	15.487.595

d) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Notas Explicativas

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

33) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e Controlada alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de março de 2015, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	980.095	1.401.327
Um ano até cinco anos	3.126.430	4.627.621
Mais de cinco anos	1.766.211	4.349.524
Total	5.872.736	10.378.472

34) EVENTOS SUBSEQUENTES

Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) – Aprovação das Contas e Deliberação do Resultado de 2014

Em 9 de abril de 2015, a AGO aprovou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e consolidado e os relatórios de auditoria dos Auditores Independentes e relatório do Conselho Fiscal, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Nesta mesma AGO, foi aprovada a destinação de dividendos adicionais propostos, ainda não distribuídos aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais, que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 9 de abril de 2015, no montante de R\$18.592.

O valor por ação (VPA) destes dividendos é de R\$0,015526054047 e R\$0,017078659463 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente.

Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações

Em reunião realizada em 27 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade:

1. O preço de emissão unitário das ações ordinárias (“Ações Ordinárias”) e das ações preferenciais (“Ações Preferenciais”) e, em conjunto com as Ações Ordinárias, “Ações”), ambas de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo sob a forma de *American Depositary Shares* (“ADSs”), sendo cada ADS representativo de uma Ação Preferencial e representado por um *American Depositary Receipt* (“ADR”), no âmbito da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações (“Oferta Primária de Ações”), a ser realizada simultaneamente no Brasil (“Oferta Brasileira”), e no exterior (“Oferta Internacional”) e, em conjunto com a Oferta Brasileira, “Oferta Global”), mediante os competentes registros na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29/12/03 (“Instrução CVM 400”), e na SEC, nos termos do *U.S. Securities Act of 1933*.

Notas Explicativas

- O preço de emissão de R\$47,00 por Ação Preferencial foi determinado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais (“Procedimento de *Bookbuilding*”), nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, e em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404/76, o qual foi realizado por instituições financeiras intermediárias contratadas pela Companhia para auxiliá-la na implementação da Oferta Global, e teve como parâmetro: (a) a cotação das ações preferenciais de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA; e (b) as indicações de interesse, em função da qualidade e quantidade da demanda (volume e preço), coletadas junto a investidores institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* sendo, portanto, o critério de preço de mercado justificado, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos demais acionistas da Companhia.
 - O preço de emissão de R\$38,47 por Ação Ordinária foi fixado com base no preço por Ação Preferencial fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, aplicando-se um desconto de 18,14%, que representa a taxa média de desconto do preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia em relação ao preço de negociação das ações preferenciais de emissão de Companhia nos 3 meses anteriores a 26 de março de 2015, de forma a aferir, da maneira mais fiel possível, o preço de mercado das duas espécies de ações, refletindo adequadamente as condições de mercado relativas entre estas espécies em decorrência da liquidez significativamente inferior das ações ordinárias em comparação às ações preferenciais.
 - No âmbito da Oferta Internacional, o preço de emissão unitário dos ADSs foi fixado em US\$16,08 por ADS. A conversão do preço de emissão foi feita com base na taxa de câmbio (PTAX, opção “cotações de contabilidade”, moeda dólar dos Estados Unidos da América) disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, por meio do Sistema de Informações do Banco Central no dia 27 de abril de 2015.
2. A destinação da totalidade dos recursos obtidos pela Companhia com a Oferta Global à conta de capital social da Companhia.
 3. O aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado previsto no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$15.812.000, passando o capital social da Companhia de R\$37.798.110 para R\$53.610.110, mediante a emissão de 121.711.240 Ações Ordinárias, ao preço de emissão unitário de R\$38,47 e 236.803.588 Ações Preferenciais, ao preço de emissão unitário de R\$47,00. As ações ordinárias, as ações preferenciais e os ADSs emitidos em decorrência deste aumento de capital conferirão aos seus respectivos titulares, a partir da data da divulgação do anúncio de início da Oferta Global, os mesmos direitos atribuídos respectivamente aos titulares das ações ordinárias, das ações preferenciais e dos ADSs, atualmente em circulação, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei nº 6.404/76, participando integralmente dos dividendos e demais distribuições que vierem a ser declarados a partir da data de divulgação do anúncio de início da Oferta Global.
 4. O teor do Prospecto Definitivo da Oferta Brasileira, do *Pricing Term Sheet* e do *Final Prospectus Supplement*.
 5. Reiterar a autorização concedida à Diretoria da Companhia para praticar todo e qualquer ato necessário à consecução da Oferta Global, incluindo a celebração de todos os contratos e documentos necessários à realização da Oferta Global.

Em 28 de abril de 2015, em conformidade aos termos do disposto na Instrução CVM nº 358, de 3/01/02 e no artigo 52 da Instrução da CVM nº 400, a Companhia, em conjunto com diversas instituições financeiras comunicaram o início da Oferta Primária de Ações de 121.711.240 Ações Ordinárias e 236.803.588 Ações Preferenciais e, em conjunto com as Ações Ordinárias, “Ações”), ambas de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, inclusive sob a forma de ADS, representadas por ADR por meio de um aumento do capital social da Companhia, que observará a atual proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a serem emitidas pela Companhia dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com prioridade de subscrição para os acionistas, nos termos da Oferta Prioritária, a ser realizada simultaneamente no Brasil e da Oferta Global ao preço de R\$38,47 por Ação Ordinária e R\$47,00 por Ação Preferencial, perfazendo o total de R\$15.812.000.

Notas Explicativas

A Oferta Global compreende simultaneamente (a) a Oferta Brasileira, que consiste na Oferta Primária de Ações no Brasil (exceto sob a forma de ADS) (“Ações da Oferta Brasileira”), em mercado de balcão não organizado, mediante registro na CVM e em conformidade com a Instrução CVM 400, a ser coordenada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A.; e (b) a Oferta Primária de Ações Preferenciais, no exterior, sob a forma de ADS, representadas por ADR (“Ações da Oferta Internacional” e, em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira, “Ações da Oferta Global”), em conformidade com o disposto no *U.S. Securities Act of 1933*, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta Internacional e com a participação de determinadas instituições financeiras contratadas (“Oferta Internacional”).

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar o Lote Suplementar), a critério da Companhia, em comum acordo com o Coordenador Líder, foi acrescida em 7,66% do total de Ações da Oferta Global inicialmente ofertadas (excluído o Lote Suplementar), ou seja, em 25.514.988 Ações, sendo 8.662.015 Ações Ordinárias e 16.852.973 Ações Preferenciais, inclusive sob a forma de ADS, representadas por ADR, conforme indicado no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Companhia (“Prospecto Definitivo”), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, respeitado o limite legal de 2/3 de ações preferenciais de emissão da Companhia.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Global inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações alocadas para SP Telecomunicações Participações Ltda., Telefónica S.A., Telefónica Internacional S.A. e Telefonica Chile S.A. (“Acionistas Controladores”) no âmbito da Oferta Prioritária) poderá ser acrescida em até 10%, exclusivamente em ações preferenciais, ou seja, em até 6.282.660 Ações Preferenciais, inclusive sob a forma de ADS, representadas por ADR, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações da Oferta Global, inicialmente ofertadas (“Ações Suplementares” ou “ADS Suplementares”, conforme o caso, e, em conjunto, “Lote Suplementar”), conforme regras definidas na Oferta Primária de Ações.

As Ações da Oferta Global alocadas à Oferta Brasileira (considerando o Lote Adicional e sem considerar o Lote Suplementar) serão colocadas pelas instituições participantes da Oferta Brasileira de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, com relação às Ações da Oferta Global alocadas à Oferta Brasileira, nos termos do Contrato de Colocação. As Ações da Oferta Brasileira que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Coordenadores da Oferta Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385/76.

Em 6 de maio de 2015, em conformidade aos termos do disposto na Instrução CVM nº 358, de 3/01/02 e no artigo 29 da Instrução da CVM nº 400, a Companhia, em conjunto com diversas instituições financeiras comunicaram o encerramento da Oferta Primária de Ações de 121.711.240 Ações Ordinárias e 243.086.248 Ações Preferenciais e, em conjunto com as Ações Ordinárias, “Ações”), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, inclusive sob a forma de ADS, representadas por ADR, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ambas de emissão da Companhia, realizada simultaneamente no Brasil e no exterior (Oferta Global), ao preço de R\$38,47 por Ação Ordinária e R\$47,00 por Ação Preferencial, perfazendo o total de R\$16.107.285.

As informações completas do Prospecto Definitivo e do anúncio de encerramento da Oferta Primária de Ações estão disponíveis para consultas através dos *sites* da CVM (www.cvm.org.br) e da Companhia (www.telefonica.com.br/ri).

Aumentos de Capital da Companhia

Em reunião realizada em 28 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade a subscrição de 121.711.240 Ações Ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$38,47 e de 236.803.588 Ações Preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$47,00, ambas de emissão da Companhia, as quais foram emitidas no âmbito da Oferta Primária de Ações realizada simultaneamente no Brasil e no exterior, conforme descrita anteriormente.

Notas Explicativas

Em decorrência da subscrição referida acima, nesta mesma reunião, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado previsto no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$15.812.000, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração de 27 de abril de 2015, passando o capital social da Companhia a ser de R\$53.610.110, sendo representado por 503.046.911 Ações Ordinárias e 978.737.161 Ações Preferenciais.

Os custos diretos relacionados a este aumento de capital da Companhia totalizaram aproximadamente R\$95.170.

Em reunião realizada em 30 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social, dentro do limite de seu capital autorizado previsto no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$295.285, com a emissão de 6.282.660 Ações Preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$47,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$53.610.110 para R\$53.905.395, sendo representado por 503.046.911 Ações Ordinárias e 985.019.821 Ações Preferenciais.

Esse aumento de capital foi realizado no âmbito da Oferta Primária de Ações, em decorrência do exercício da opção de distribuição de lote suplementar de ações que foi outorgada por meio do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Companhia, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, para atender o excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta Primária de Ações. As ações foram emitidas nas mesmas condições das ações inicialmente emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta Primária de Ações, conforme aprovado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25 de março e 27 de abril de 2015. As Ações Preferenciais emitidas em decorrência deste aumento de capital conferirão aos seus respectivos titulares, a partir da data da publicação do anúncio de início da Oferta Global, os mesmos direitos atribuídos respectivamente aos titulares das Ações Preferenciais, atualmente em circulação, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei nº 6.404/76.

Os custos diretos relacionados a este aumento de capital da Companhia totalizaram aproximadamente R\$5.720.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Intermediários

Em reunião realizada em 12 de maio de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a declaração de dividendos intermediários no montante de R\$270.000, equivalente a R\$0,170178573168 por ação ordinária e R\$0,187196430485 por ação preferencial, apurados com base no balanço de 30 de abril de 2015 que, conforme previsto no artigo 27, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015.

Nesta mesma reunião, foi deliberado, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2015, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R\$515.000, equivalente a R\$0,324599871044 por ação ordinária e R\$0,357059858148 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$437.750, equivalente a R\$0,275909890388 por ação ordinária e R\$0,303500879426 por ação preferencial, apurados com base no lucro líquido apresentado no balanço de 30 de abril de 2015.

O pagamento destes dividendos e juros sobre o capital próprio será iniciado até o final do exercício social de 2016, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 25 de maio de 2015, inclusive.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Telefônica Brasil S.A.

São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Telefônica Brasil S.A., contidas no formulário de informações trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 e revisão das informações intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2014

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de fevereiro de 2015, que não conteve qualquer modificação. Adicionalmente, as demonstrações intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixas e do valor adicionado, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 7 de maio de 2014, sem modificação.

São Paulo, 12 de Maio de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador
CRC-1SP144343/O-3

Héctor Ezequiel Rodríguez Padilla
Contador
CRC-1SP299427/O-9